

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNISINOS**

**AS TENSÕES ENTRE O HOMEM-MASSA E A
DEMOCRACIA EM JOSÉ ORTEGA Y GASSET**

MÁRCIO MORAIS DE SOUSA

**BRASÍLIA – DF
2018**

MÁRCIO MORAIS DE SOUSA

**AS TENSÕES ENTRE O HOMEM-MASSA E A
DEMOCRACIA EM JOSÉ ORTEGA Y GASSET**

Dissertação apresentada para
conclusão do Programa de Mestrado
Acadêmico da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos – Unisinos.

Linha de pesquisa: Filosofia Social
e Política

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz
Montenegro Valls.

**BRASÍLIA – DF
2018**

S725t Sousa, Márcio Morais de.
As tensões entre o homem-massa e a democracia em José Ortega y Gasset / por Márcio Morais de Sousa. – 2018.
92 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Brasília, DF, 2018.
“Orientação: Dr. Álvaro Luiz Montenegro Valls”.

1. A rebelião das massas. 2. José Ortega y Gasset. 3. Democracia. 4. Hiperdemocracia. 5. Homem-massa. I. Título.

CDU: 316.35:321.7

Dedico este trabalho à minha esposa e ao meu filho, Vivian e Gael, por serem meu porto seguro e minha coragem de me lançar ao mar.

AGRADECIMENTOS

Tantos a agradecer e muito a ser agradecido.

Agradeço à minha esposa por ser minha companheira de vida, de estudo e de jornada.

Ao seu lado a vida parece ser mais simples.

Agradeço ao meu filho Gael por ser, mesmo tão novo, compreensivo, calmo, e ceder parte da atenção a ele devida a esta filha chamada dissertação. Nasce um pai, nasce uma frase piegas, mas eu não sabia o que era amor até tê-lo em meus braços.

Aos meus pais, que me indicaram o caminho da educação e sempre me apoiaram em minhas decisões acadêmicas. Meu orgulho e meu amor a vocês.

Às minhas irmãs que me servem de exemplo diário.

Aos meus sobrinhos amados: Gustavo e Artur.

Aos meus cunhados pelo cuidado diário com minhas irmãs e sobrinhos.

À minha segunda família, meu sogro, sogra, cunhadas, concunhados e sobrinhos: Ana Gabriela, João Marcos, Marco Antônio, Ana Beatriz e Lucas.

Àqueles que ao meu lado caminham em silêncio e me brindam com a eterna saudade ("O prazer de quem tem saudade, é saudade todo dia) em especial aos meus avós e tios.

Aos amigos de todas as horas, em especial aos que comigo compartilharam as angústias, dúvidas, medos e frustrações desse texto, que dedicaram parte do seu tempo discutindo comigo, me apontando outros caminhos e servindo de contraponto ao meu pensamento inicial: Matheus Passos e nossos áudios que atravessavam o oceano nunca conexão Brasil-Portugal, ele me ajudando no mestrado, eu o atrapalhando no doutorado. José Roberto, pela leitura atenta do texto, crítica às construções de frases, dicas de português e aos jantares regados a comida e filosofia. Thalita Mariane, por nos escutar pacientemente e sempre sugerir novas ideias. Aquiles Cerqueira, que me socorreu quando deixei de acreditar em algumas ideias desse texto e me ajudou a olhar a questão sob outra ótica.

Ao Grupo Projeção, nas pessoas dos professores Oswaldo Luiz Saenger, José Sérgio de Jesus e Catarina Fontoura Costa, pela confiança e por me ensinar que a gratidão não pode ser nunca descuidada.

À Faculdade Projeção de Sobradinho e à vida que nela habita, colaboradores, professores e alunos. Muito orgulho de fazer dessa a minha segunda casa diariamente.

Aos professores doutores do mestrado, que me ensinaram não só com suas aulas, mas com sua forma de agir e pensar, que um título é vazio se não está ligado a um grande homem (ou mulher).

Aos companheiros de mestrado e aos amigos do doutorado, minha eterna gratidão. Por fim, ao meu orientador, Professor Doutor Álvaro Valls, pela paciência (muita paciência), confiança e por ser a luz no fim do túnel, na qual eu mirei dia-a-dia para chegar ao fim desse trabalho. “A multidão é a mentira” estava escrito no primeiro e-mail que trocamos, e essa frase de Kierkegaard me fez escrever todo esse texto sem paixões, sem buscar fazer dele o que eu julgava verdade. Espero ter conseguido.

“O Estado é o mais frio de todos os monstros.
Ele mente friamente; de sua boca sai esta mentira: “Eu,
o Estado, sou o povo”

Nietzche – Assim falou Zaratrusta

RESUMO

A obra “A Rebelião das Massas”, lançada em 1930, antes publicada no jornal madrilenho *El Imparcial* na forma de artigos, escrita pelo espanhol José Ortega y Gasset, considerado um dos maiores expoentes da filosofia espanhola no mundo apresenta o conceito de homem-massa. O autor se preocupa com a ascensão desse homem-massa no final do Século XIX e início do Século XX, sob este pano de fundo o autor passa a analisar a situação da Espanha e da Europa e a perda do seu protagonismo como líder moral do mundo. Esse personagem que passa a dominar a vida pública, política e não política, tomando os espaços antes destinados à elite como teatros, restaurantes e demais ambientes. Dono, segundo Ortega, de um desejo incontrolável de expandir seus desejos vitais e uma radical ingratidão para tudo que lhe permitirá ter uma existência mais facilitada. Esse desejo irrefreável e a certeza de que o Estado deverá proporcionar o alcance dos mesmos faz surgir o que Gasset chama de hiperdemocracia. Assim, busca esse trabalho responder o seguinte questionamento: haveria uma tensão entre a Democracia e o Homem-Massa na obra A Rebelião das Massas de José Ortega y Gasset? Com estudos em variados temas como Democracia, Democracia Direta e Indireta, Teoria das Elites e a obra “A Rebelião das Massas”.

PALAVRAS-CHAVE: A rebelião das massas. José Ortega y Gasset. Democracia. Hiperdemocracia. Homem-massa.

ABSTRACT

The book "The Rebellion of the Masses", published in 1930, previously published in the Madrid newspaper El Imparcial in the form of articles, written by the Spanish Jose Ortega y Gasset, considered one of the greatest exponents of Spanish philosophy in the world presents the concept of masse's man. The author is concerned with the rise of this masse's man in the late nineteenth and early twentieth centuries, under this background the author goes on to analyze the situation of Spain and Europe and the loss of its leading role as the moral leader of the world. This character who comes to dominate public life, political and non-political, taking the spaces previously intended for the elite as theaters, restaurants and other environments. Owner, according to Ortega, of an uncontrollable desire to expand his vital desires and a radical ingratitude for everything that allowed him to have an easiest existence. This unstoppable desire and the certainty that the State must provide the way to reach them bring forth what Gasset calls hyperdemocracy. Thus, this work seeks to answer the following question: would there be a tension between Democracy and the Masse's man in the work The Mass Rebellion of José Ortega y Gasset? With studies in diverse subjects like Democracy, Direct and Indirect Democracy, Elites' Theory and the work "The Rebellion of the Masses".

KEY WORDS: The rebellion of the masses. José Ortega y Gasset. Democracy. Hyperdemocracy. Masse's-man.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O QUE É A DEMOCRACIA? A BUSCA POR UM CONCEITO AMPLO DA IDEIA DE DEMOCRACIA	14
1.1 Afinal, o que é Democracia?	14
1.2 Democracia Direta e Democracia Indireta.....	21
1.3 Um Parênteses Necessário: A Teoria Política das Elites	26
2 O HOMEM-MASSA DE ORTEGA Y GASSET	37
2.1 Ortega y Gasset: Entendendo o Homem por trás do Livro.....	37
2.2 A Rebelião das Massas.....	42
2.3 Dissecando o Homem-Massa	49
3 AS TENSÕES ENTRE O HOMEM-MASSA E A DEMOCRACIA EM JOSÉ ORTEGA Y GASSET	56
3.1 A Intervenção e a Violência das Massas.....	56
3.2 O Estado como Perigo	64
3.3 As Tensões entre o Homem-Massa e a Democracia: “Quem Manda no Mundo?” e a Hiperdemocracia.....	74
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com a obra de José Ortega y Gasset, espanhol, filósofo, ensaísta e ativista político, criador e defensor da Teoria da razão vital e histórica, inevitavelmente seremos levados ao encontro de “A Rebelião das Massas”, considerada seu maior contributo para a sociedade, nascida de um compêndio de artigos publicados no jornal de sua família chamado El País, um dos periódicos mais famosos da Espanha.

Doutor em filosofia pela Universidade Central de Madri e com outras obras que fizeram sucesso no início do século XX, como *Meditações do Quixote*, *Espanha Invertebrada*, entre outras, encontrou maior reverberação de sua fala no livro *A Rebelião das Massas*.

Nela se propôs o autor a estudar um movimento que, ao seu ver, parecia estar em crescimento na Espanha e na Europa, que ele chamou de ascensão das massas. É sobre esse pano de fundo que José Ortega y Gasset passa a fazer uma análise crítica à Europa e à perda de seu protagonismo enquanto líder e referência do mundo novo, aos problemas que a criação e o sustento de um Estado causaram à população, além de outros questionamentos apresentados.

Em toda sua obra, Ortega busca descaracterizar o seu discurso como político ou como alguém apegado às tradições; pelo contrário, diz-se aberto às novidades, desde que elas sejam ao menos semelhantes ao *status quo* (lembramos de que ele dirige seu discurso a uma Espanha e uma Europa do início do século XX (a publicação completa de *A Rebelião das Massas* se dará em 1930).

Dono de frases famosas como: “Liderar não é tanto uma questão de mão pesada, mas mais de assento firme”; “Civilização é, antes de mais nada, vontade de convivência”; “Esta é a primeira consequência que sobrevém quando no mundo alguém deixa de mandar: que os demais, ao se rebelarem, ficam sem tarefa, sem programa de vida”; “Se ensinares, ensina ao mesmo tempo a duvidar daquilo que estás a ensinar”; e, talvez a mais famosa delas, “Eu sou eu e minhas circunstâncias”.

Não demonstra, contudo, cabalmente em sua obra esse total desapego ao político e a busca do filosófico. Por vezes sua obra remete a um homem que luta pela manutenção de uma elite no poder e detrimento de um povo que anseia por participar das decisões políticas. A este povo (que ele chamou de massa) e seu crescente

desejo pela atuação política e por garantias individuais (e/ou coletivas, a depender da interpretação que queiramos dar ao fenômeno) ele chamou de rebelião.

Assim, numa primeira leitura, pareceu-nos haver uma tensão premente entre o desejo de poder de um povo “em ascensão”, as elites que dominavam o poder (em sua obra representada também pela Europa) e a democracia, que estava ainda se adequando ao mundo num movimento que hoje, quase 100 anos depois, conseguimos identificar como, até agora, sem volta.

Coube a nós realizar um questionamento, qual seja: haveria uma tensão entre a Democracia e o Homem Massa na obra *A Rebelião das Massas* de José Ortega y Gasset?

O significado de democracia vem sendo debatido durante séculos, portanto, conceituá-la é tarefa árdua sobre qual muitos autores se debruçaram, desde os gregos aos mais modernos. Se a meta era defini-la de forma completa e sem margem de interpretação futura e se alguém chegou realmente perto desta proeza filosófica, caberá à história o veredicto.

Assim, caso a leitura tenha como foco somente a etimologia da palavra, poder-se-ia afirmar que se trata do governo do povo, ou seja, uma ideia lógica de que o povo participaria do Governo e do Estado de forma direta (democracia direta), ou indireta (democracia indireta), o governo do povo, com o povo e para o povo.

Alhures, a democracia hoje, como lembra Bernardo Gonçalves Fernandes, não se dá apenas pela possibilidade de escolha dos atores políticos, mas “inclui uma proteção constitucional que afirma: a superioridade da Constituição; a existência de direitos fundamentais; da legalidade das ações estatais; um sistema de garantias jurídicas e processuais”. (FERNANDES, 2015, p.289)

Norberto Bobbio em seu *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, já exortava que “único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia (...) é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (...) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”. (BOBBIO, 1986, p.18)

Na democracia, para que se promova a própria sobrevivência, os grupos sociais e o indivíduo devem tomar decisões vinculatórias a todos eles. Não existem regras para meia sociedade, para meio grupo social: as deliberações devem ter peso igual para todos (em que pese o princípio da isonomia, que poderá diferenciar para igualar). Todavia, como o “todo” não existe (trata-se de ficção, mentira), as

deliberações não serão, efetivamente, produto de sua vontade: serão conduzidas por determinados indivíduos, o que implica a necessidade de que se fomentem regras e procedimentos delineadores e balizadores das decisões a serem tomadas, visando à mitigação de assimetrias. (BOBBIO, 1998, p.18)

Carl Schmitt, em *Teoria de La Constitucion* (SCHMITT, 1996, p. 221), ensina que a democracia é uma forma política que corresponde ao princípio da identidade. Este seria a tradução da existência concreta daquela, a qual terá jungida em si o Poder Constituinte, fonte latente da qual pode emanar uma Constituição, a qual será responsável por assentar as diretrizes que orientarão as decisões dos indivíduos.

A ideia de homem-massa elaborada por Jose Ortega y Gasset é baseada no Europeu médio do fim do Século XIX e início do Século XX, incapaz de contribuir de maneira criativa com o progresso da civilização.

Como é este homem-massa que domina hoje a vida pública — a vida política e a não política? Por que é como é, quero dizer, como se produziu? (...) Isto nos leva a apontar no diagrama psicológico do homem-massa atual dois primeiros traços: a livre expansão de seus desejos vitais, portanto, de sua pessoa, e a radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência. Um e outro traço compõem a conhecida psicologia da criança mimada. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.71)

A ideia de um homem-massa, extremamente individual e preocupado somente consigo, num excesso de individualismo, já foi antevista por Alexis de Tocqueville, em sua obra “A Democracia na América”, lançada em 1835, 180 anos atrás. Segundo Tocqueville, na falta do entusiasmo e do ardor das crenças, as luzes e a experiência obterão, algumas vezes, grandes sacrifícios dos cidadãos. Sendo cada homem igualmente fraco, todos sentirão igual necessidade de seus semelhantes; e sabendo que só poderá obter o apoio destes se lhes prestar seu concurso, descobrirá sem custo que, para ele, o interesse particular se confunde com o interesse geral (TOCQUEVILLE, 1835).

Este trabalho está dividido em três capítulos: a parte inaugural será dedicada à árdua tarefa pela busca de um conceito amplo de democracia; o capítulo subsecutivo entabulará um mergulho na mente de José Ortega y Gasset, buscando, primeiramente, conhecer um pouco mais sobre sua vida com a ajuda de biógrafos para ulteriormente analisar parte da obra “A Rebelião das Massas”.

Desenredaremos este esforço acadêmico tratando da intervenção e da violência das massas na obra de Ortega y Gasset; da crítica ao Estado promovida pelo autor; e, resolutivamente, do objeto desta dissertação, cujo propósito fulcral é o de discutir se há ou não uma tensão entre a democracia e o homem-massa.

Dito isso, convido-o a conhecer este trabalho.

1 O QUE É A DEMOCRACIA? A BUSCA POR UM CONCEITO AMPLO DA IDEIA DE DEMOCRACIA

Qualquer autor que tenha, em algum momento de sua vida, decidido trilhar um caminho intelectual pela busca de um conceito de democracia claro, objetivo e completo, de certo não o alcançou, ou não por muito tempo.

Eis um conceito em constante mutação e adaptação, seja pelas novas formas de democracia encontradas, seja pelas necessidades impostas à sua sobrevivência (e não há dúvidas que o discurso da mutação do conceito também é lugar comum daqueles que tentaram em vão encontrar uma resposta para tal questionamento). Logo, nesse texto, não se encontra pretensão alguma de definir o que é a democracia de forma finita e duradoura.

Há, contudo, dois posicionamentos que devem ser enfrentados: o primeiro diz respeito à noção da democracia enquanto regime de governo no qual o povo governa; o segundo se assenta na visão da democracia como o regime que permite a escolha de representantes pelo povo.

Essa discussão encontra guarda nos conceitos de democracia direta e democracia indireta, e se faz necessária para que, ao chocarmos os conceitos de democracia e homem-massa, não caiamos no discurso simplista de indicar que estão em conflito, ou não, pelo desconhecimento da constante mutação conceitual e prática do tema.

Apesar de tarefa ingrata, traz-nos boa sorte que grandes filósofos, cientistas políticos, juristas e corajosos se debruçaram sobre este tema.

Nesse capítulo, trataremos do que se considera o início da democracia: a Grécia. Em seguida, partiremos ao debate já aventado sobre democracia direta e indireta e, por fim, trataremos de uma teoria que ganhou força no início do Século XX, a Teoria Política das Elites, capitaneada pelo trio Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels (nos quais se encontra muito do discurso de José Ortega y Gasset).

Passemos então ao enfrentamento do tema.

1.1 Afinal, o que é Democracia?

É correto iniciar um texto com a pergunta: o que é democracia?

Grandes filósofos, sábios, doutores, corajosos (e alguns desavisados) se propuseram, durante um longo tempo, ao debate, com direito a réplicas e tréplicas intermináveis, à busca por essa resposta, sem que o final da discussão estivesse, ao menos aparentemente, visível.

Seletos autores deram como certo que acharam a resposta, até que um outro, algum fenômeno, algo que não havia sido observado aparece e lá se vão mais teorias e teorias para tentar a resposta definitiva.

Aqui falaremos das teorias.

O título dessa dissertação e o questionamento dela advindo precisam, por certo, de alguns conceitos de democracia para serem satisfatoriamente tratados, mas não cabe a nós construir uma teoria capaz de responder o que é a democracia, felizmente.

É sabido que nesse universo de incertezas há alguns atalhos que podemos trilhar, um deles é que a democracia tem uma mãe, a Grécia.

Alguns autores farão divisão entre a democracia “moderna” e a democracia “antiga”, todavia aqui falaremos como uma coisa só, tratando, em momento oportuno, do que diferencia as “democracias”.

Goyard-Fabre, falando sobre a democracia grega, diz:

As ideias que ela veiculou e as instituições que forjou sempre foram, ao longo dos séculos, com maiores ou menores nuances, poderosos modelos de comparação. (...) a etimologia do termo democracia continua não podendo ser descartada e nos indica o caminho a seguir se quisermos compreender sua significação. (GOYARD-FABRE, 2003, p. 9)

Finley (1973, p.25) reforça a origem grega do termo e, remetendo-se à esfera etimológica, destaca a primeira experiência de seu uso, em que o significado de “*cracia*” (κράτος) é governo, e distingue os vocábulos autocracia (governo de um só homem), aristocracia (governo “dos melhores”), e democracia (governo do povo).

O debate grego inicial focou-se no que o “*demos*” (δῆμος) realmente significaria: o povo como um todo ou pessoas comuns (as de classe mais baixa).

Foi Aristóteles, em *A Política*, quem fez um estudo mais aprofundado sobre o tema e chegou à conclusão que tudo se tratava de riqueza ou pobreza, isto é, se o

governo se dá pela riqueza de seus líderes, existe uma oligarquia; se os pobres governam, tem-se uma democracia. (FINLEY, 1973, p.25).

Estas três formas podem degenerar: a monarquia em tirania; a aristocracia em oligarquia; a república em democracia. A tirania não é, de fato, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público. Podemos dizer ainda, de um modo um pouco diferente, que a tirania é o governo despótico exercido por um homem sobre o Estado, que a oligarquia representa o governo dos ricos e a democracia o dos pobres ou das pessoas pouco favorecidas. (ARISTÓTELES, p.62)

A etimologia nos ajuda a compreender a palavra, mas não a profundidade do tema já que, como bem lembra Goyard-Fabre, “as palavras ‘povo’ e ‘poder’ estão envoltas em penumbra”, por isso é preciso focar nas instituições, porque a democracia, desde o seu nascimento, está repleta de incertezas capazes de mover paixões tanto para defendê-la como para criticá-la, porquanto apresenta certas características que a tornam ambígua por vezes.

Consoante rememorado por essa teórica:

Desde o século VI a.C. a legislação audaciosa de Sólon determinara os direitos e deveres dos cidadãos. Em seguida, no século seguinte, a obra institucional de Péricles colocara claramente a Cidade-Estado ateniense, tanto no plano interno como externo, sob o signo da democracia. O povo tomara seu destino nas próprias mãos, A *eclésia*, ou assembleia do povo, dispunha de todos os poderes; a *bulé*, conselho limitado a quinhentos membros pertencentes a todas as classes de cidadãos, era conhecida pela sabedoria de seus pareceres; os *estrategos* (e não mais os arcontes oriundo da aristocracia) constituíam o poder executivo; a *heliléia*, por fim, era um tribunal compostos de seis mil cidadãos (SIC). Portanto, cada cidadão estava intimamente implicado por essa democracia direta, pois podia participar ativamente da vida política. (GOYARD-FABRE, 2003, p. 9)

E continua:

(...) Tucídides mais historiador que filósofo da alma humana tinha compreendido, com extrema lucidez, que a democracia ateniense era uma “democracia imperial” e, no desejo de conquista colonial e de hegemonia que a animava, via despontar o começo de um declínio: a seus olhos ela trazia em seu seio uma contradição fatal entre sua constituição interna e suas ambições externas. (...) como observa Leo Strauss, o desacordo entre a democracia e o imperialismo ateniense “esgotava as possibilidades do homem” indicando, assim, “os limites de toda coisa humana”. (GOYARD-FABRE, 2003, p. 9)

Fato é que, desde que a democracia se fez ouvida, demonstrou uma ambivalência canhestra: poderia ser tanto a solução quanto o problema.

O questionamento superveniente partiu sempre da incógnita de ser ela o melhor ou o pior regime possível, dentre os factíveis. Tal questionamento, como veremos, ultrapassou a era antiga e se encontra hoje intacto, permeando a mente daqueles que ousam buscar uma resposta.

Tocqueville, na introdução de seu livro “A Democracia na América”, comenta acerca do que chamaremos de democracia moderna e explica que, dentre os novos objetos que lhe chamaram atenção durante sua viagem pelos Estados Unidos da América, sem dúvida a mais importante foi a igualdade de condições e como ela influenciava diretamente no andamento da sociedade, nos costumes políticos e nas leis, além disso, provia um império sobre toda a sociedade, tanto quanto sobre o governo: “cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere usos e modifica tudo o que ele não produz” (TOCQUEVILLE, 1835, p.39).

E ali mesmo, na introdução de seu livro, preconizou algo que veio a se tornar realidade: a democracia preponderante nas sociedades americanas seria alçada rapidamente ao poder na Europa. (TOCQUEVILLE, 1835, p.39).

Nesse ponto, o pensador francês faz uma ligação entre a democracia antiga e a democracia moderna, dizendo que esta última parece o fato “mais contínuo, mais antigo e mais permanente que se conhece na história”. (TOCQUEVILLE, 1835, p.39).

Acerca disso, o também historiador se remete à França, 700 anos atrás, partindo do Século XIX (o livro fora lançado em 1835), falando, portanto, de meados do Século XI e início do Século XII, época em que aquele país estava dividido entre um pequeno número de famílias donas de terras que governavam os habitantes, já que o direito de comandar passava de geração em geração, juntamente com as heranças, cenário ensejador da seguinte conclusão pelo estudioso: “descubro uma só origem para o poder, a própria terra” (TOCQUEVILLE, 1835, p.39).

Com a ascensão do clero e seu estabelecimento no poder, a igualdade passa a ser mais visível, porque essa casta aceitava pobres, ricos, plebeus e senhores, desde que se tornassem religiosos. Esse movimento implicou relativa mudança no poder, porque esses indivíduos passarão a partilhá-lo com os proprietários das terras. (TOCQUEVILLE, 1835, p.40).

Os maiores níveis de estabilidade e de civilização acarretaram mais complexidade sobre as relações individuais, compelindo a elaboração de leis, realocando legisladores dos tribunais, os quais passaram a ter também um lugar no governo, já ocupado por reis, príncipes e poderosos donos de terras. (TOCQUEVILLE, 1835, p.40).

Caem os reis nos grandes empreendimentos, os nobres entram em guerras privadas e assistem à deterioração de seu patrimônio, enriquecem os plebeus no comércio. (TOCQUEVILLE, 1835, p.40).

O dinheiro passa a ter influência direta sobre os negócios do Estado e, por corolário, sobre o próprio Estado. Quem tem dinheiro pode financiar o governo: assim, ainda que odiado, precisa ser bajulado. (TOCQUEVILLE, 1835, p.40).

Parte dos membros da população começa a tomar gosto pela literatura e pelas artes, “o espírito se torna então um elemento de sucesso; a ciência é um meio de governo, a inteligência uma força social; os letrados chegam aos negócios”. (TOCQUEVILLE, 1835, p.40).

Quanto mais caminhos se observa para chegar ao poder: clero, dinheiro, ciência menos diferença faz o berço em que se nasceu.

Na opinião de Tocqueville, a igualdade se introduz no governo pela própria aristocracia. Nos próximos 700 anos, governariam os nobres, os quais transferiram um poder político ao povo quando fosse necessário lutar contra a autoridade real ou tirar o poder de seus rivais. Os reis, em contrapartida, deram poder ao povo a fim de rebaixar a aristocracia.

Consoante indicado por esse pensador, convergiu para um nivelamento universal qualquer inovação sobrevinda da constatação de que somente a propriedade de terras não era a fonte de poder.

A partir de quando os trabalhos da inteligência tornaram-se fontes de força e de riquezas, teve-se de considerar cada desenvolvimento da ciência, cada novo conhecimento, cada ideia nova, um germe de poder posto ao alcance do povo (TOCQUEVILLE, 1835, p.41).

Para o estudioso, todos os dons lançados ao acaso pelos céus eram proveitosos à ideia de democracia:

Seria sensato acreditar que um movimento social que vem de tão longe possa ser suspenso pelos esforços de uma geração? Alguém

acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Irá ela se deter agora, que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos? (TOCQUEVILLE, 1835, p.42).

Esse era Tocqueville, assustado e inebriado pela força assustadora que a democracia causava, ainda em 1835, naquele país, os Estados Unidos da América.

Outro pensador cuja obra também se enveredou pelo tema foi Bobbio, o qual, ao produzir conteúdo sobre as democracias antiga e moderna, destacou a imutabilidade do significado descritivo geral do termo, conceituado como governo de muitos, da maioria, ou dos pobres, enfatizando, todavia, a alteração conceitual sob o prisma valorativo observada no transcurso dos tempos e de doutrinas, segundo o qual “o governo do povo pode ser preferível ao governo de um ou de poucos e vice-versa.” (BOBBIO, 2000, p.31)

Bobbio patrocina o entendimento de que:

O que se considera que foi alterado na passagem da democracia dos antigos à democracia dos modernos, ao menos no julgamento dos que vêem como útil tal contraposição, não é o titular do poder político, que é sempre o “povo”, entendido como o conjunto de cidadão a que cabe em última instância o direito de tomar as decisões coletivas, mas o modo (mais ou menos amplo) de exercer esse direito: nos mesmos anos em que, através das Declarações dos Direitos, nasce o Estado constitucional moderno, os autores do Federalista contrapõem a democracia direta dos antigos e das cidades medievais à democracia representativa, que é o único governo popular possível num grande Estado. (BOBBIO, 2000, p.31)

Goyard-Fabre, numa proposta de sintetizar esses e outros estudos promovidos sobre o assunto, conclui o seguinte:

Compreende-se, portanto, por que, no terreno político em que surgiu, a democracia seja desde sempre objeto de pesquisas incessantemente renovadas e de juízos indefinidamente recolocados em questão. De Heródoto a Tocqueville, de Platão a Hannah Arendt, de Aristóteles a Raymond Aros, os inúmeros estudos a que a democracia como tipo de regime político deu lugar nunca conseguiram adotar o tom de uma demonstração decisiva e definitiva. Poderíamos dizer, em termos kantianos, que a democracia escapa obstinadamente ao juízo apodictico. (GOYARD-FABRE, 2003, p. 12)

Bobbio afirmará em seu Dicionário de Política que, na teoria contemporânea de democracia, três tradições do pensamento político confluem, a saber:

a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem "romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. O problema da Democracia, das suas características, de sua importância ou desimportância é, como se vê, antigo. Tão antigo quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas. De tal maneira isto é verdade, que um exame do debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da Democracia não pode prescindir de uma referência, ainda que rápida, à tradição original. (BOBBIO, 1998, p. 319).

Na teoria política contemporânea ficou assim definida o que deve existir para que se considere presente a democracia em um país. Essas características tem vazão nos países de tradição democrático-liberal, como nos lembra Norberto Bobbio, citando quais seriam “as regras do jogo” democrático:

- 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;
- 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas);
- 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores;
- 4) todos os eleitores devem ter voto igual;
- 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional;
- 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada);
- 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre;
- 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar

os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (BOBBIO, 1998, p. 326-327).

Finalizado esse pequeno estudo a respeito da democracia, podemos avançar em uma discussão moderna, o objetivo, portanto, é diferenciar o que é a chamada democracia direta, da democracia indireta.

1.2 Democracia Direta e Democracia Indireta

Como dito, é importante construir uma diferenciação entre democracia direta e democracia indireta que ultrapasse a posição simplista de afirmar que a direta é aquela exercida diretamente pelo povo e a indireta aquela exercida por representantes por ela designados.

Rousseau, o pai da democracia moderna, em seu Contrato Social, afirma que, caso houvesse um povo composto por deuses, ele se governaria por uma democracia¹.

Conquanto nos pareça algo bonito numa primeira leitura, esse enunciado alberga, na verdade, uma carga de pessimismo, em virtude do grau de perfeição que essa forma de governo tende a se balizar: partindo do pressuposto de que os homens não teriam como manejar um governo tão perfeito em favor da coletividade, Rousseau finaliza seu pensamento com a triste conclusão que não houve (e tão menos haverá) uma verdadeira democracia². Um povo nunca será capaz de se autogovernar.

Não tomemos aqui como verdadeiro o pensamento de Rousseau, mas como ponto de partida, para que se evite a sacralidade do termo democracia. Veremos à frente que diversas teorias abrandaram o conceito democrático para que ele pudesse se adequar ao pensamento da elite, antes oligárquica, a aceitá-la. Não antes, é claro, de combatê-la com todas as forças possíveis, ancorados no posicionamento de Jean

¹ “Se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Tão perfeito governo não convém aos homens.” (ROUSSEAU, 1762, p. 45).

² “Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá. Contraria a ordem natural o grande número governar, e ser o pequeno governado. É impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos; e é fácil de ver que não poderia ele estabelecer comissões para isso, sem mudar a forma da administração.” (ROUSSEAU, 1762, p. 43).

Jacques Rousseau o qual, é preciso esclarecer, tem uma outra face em sua obra que é banhada de otimismo quando defende a soberania popular.

Em sua obra *Ciência Política*, Bonavides exorta que a fala de Rousseau deve ao menos servir como advertência, já que o exame detido das diversas experiências democráticas que buscavam o governo do povo, para o povo, indicou que todas elas, sem exceção, tropeçaram (e tropeçam) em diversas dificuldades (talvez em busca da perfeição que seu conceito resume). (BONAVIDES, 2016, p. 65).

Bobbio, ao tratar de democracia representativa e democracia direta, traz uma constatação com a qual concordamos: “a exigência de mais democracia, tão frequente nos últimos anos, exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja acompanhada ou mesmo substituída pela democracia direta” (BOBBIO, 1998, p. 326).

Tal constatação também é balizada no pensamento de Rousseau, que acreditava não ser possível se representar a soberania e que o povo inglês, naquela ocasião (a qual podemos facilmente transpor para qualquer democracia moderna sua crítica), acreditava ser livre, mas estava enganado, porquanto só o era durante a eleição, depois voltava a ser escravo dos eleitos.

Veremos adiante que Ortega y Gasset, ao criticar o tamanho do Estado, leva a cabo a mesma linha de pensamento: o homem seria apenas a força motora da máquina estatal e quanto mais pesada a máquina mais escravo o homem.

Bobbio diz que, se avaliada literalmente, a democracia direta “seria aquela onde há a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a ele pertinentes”, e nesse caso “a proposta é insensata” (BOBBIO, 1998, p. 327), conclui.

Ora, as sociedades avançaram de tal modo em complexidade e tamanho que prever um instrumento de participação capaz de não só abarcar toda a sociedade como fazê-la funcionar a partir disso seria, de fato, assombroso. E “indesejável”, completa Bobbio, se observado o desenvolvimento intelectual e ético da humanidade. (BOBBIO, 1998, p. 327).

O nascimento da “democracia direta” remonta à Grécia. O uso das aspas nesse caso não se destina somente ao destaque do termo, mas visa especialmente a questionar se houvera, na história, uma democracia genuinamente direta.

Os estudiosos do tema não conseguem definir se já houve uma democracia direta, exercida por todo o povo e para o povo. Os exemplos citados são sempre os da própria Grécia, que esbarram no conceito de cidadão, porque a maioria das

peças viventes naquele local desconheciam direitos e garantias e não participavam das decisões.

Dito isso, é importante tratar do termo democracia representativa, cujo esclarecimento colaborará à solução do problema a que este trabalho se propõe a estudar.

Como veremos, Ortega avalia existirem no “homem-massa” excesso de individualismo e distanciamento de suas lideranças, quadro caracterizado por desrespeito à hierarquia e pelo desconhecimento da existência de homens melhores do que outros, o que os legitimaria ao governo.

A democracia representativa não nasceu na Grécia. Segundo Dahl, “os gregos rejeitavam a noção de que um sistema político em grande escala pudesse ser recomendável e nunca criaram um sistema estável de governo representativo”. (DAHL, 2012, p. 41).

Os romanos, mesmo observando o crescimento da república em número tanto de cidadãos como de território ocupado, não se ocuparam do desenvolvimento de instrumentos de representação democrática.

Acerca disso, Dahl lembra que “(...) por mais longe que um cidadão estivesse de Roma, as únicas instituições democráticas a que ele tinha acesso eram as assembleias reunidas em Roma para a eleição dos magistrados e a aprovação das leis”, o que gerou no povo romano afastamento do conceito de “bom cidadão”, já que não compareciam às assembleias na periodicidade necessária, deixando de exercer plena participação na vida pública. (DAHL, 2012, p. 41)

Com mais cidadãos longe de Roma e com as distâncias potencializadas em virtude das conquistas, as assembleias foram, conforme descrito por Dahl, “gradualmente transformadas (na prática, conquanto jamais na teoria) em corpos “representativos”, ensejadores de representação “virtual”, não real (DAHL, 2012, p. 42), da maior parte dos cidadãos, “fortemente parcial, embora de forma bastante aleatória, àqueles que conseguiam comparecer às assembleias” (DAHL, 2012, p. 42).

Dahl assim arremata a questão:

(...) desde a Grécia clássica até o século XVII, a possibilidade de que um poder legislativo pudesse consistir não em todo o corpo dos cidadãos, mas em seus representantes eleitos, ficou - quase sempre à margem da teoria e da prática do governo republicano ou democrático - embora isso possa ser difícil de entender para um democrata contemporâneo. (DAHL, 2012, p. 42).

O rompimento com a ortodoxia predominante ocorreu durante a Guerra Civil inglesa, “quando os Puritanos, na busca por alternativa republicana à monarquia, foram obrigados a suscitar muitas das questões fundamentais da teoria e da prática democráticas (ou republicanas).” (DAHL, 2012, p. 42). Dahl assim descreve o novo panorama:

Enquanto elaboravam suas demandas por um sufrágio mais amplo e um governo que respondesse a um eleitorado amplo, os Levellers, em particular, renunciaram o desenvolvimento futuro da ideia democrática, incluindo a legitimidade - com efeito, a necessidade - da representação. (DAHL, 2012, p. 42)

Mais um século seria preciso para que a sociedade conseguisse finalmente assimilar a ideia de representação teórica e prática no âmbito de uma democracia. Ainda que hoje, com mais facilidade, julguemos nunca ter havido uma democracia direta, naqueles séculos o conceito geral era de que sim, existia. Para entendermos melhor isso, basta voltar ao próprio Rousseau que insistiu na inadmissibilidade da representação.

Como veremos a seguir (quando falarmos da Teoria das Elites), a representação não foi criada pelos democratas; tratou-se de construção da monarquia e da aristocracia: declarar-se democrata, no Século XIX, passou a ser mais bem aceito quando a democracia deixou de ter como objetivo ser de “todos” e passar a “poucos”, ou seja, numa leitura simplista, quando a democracia passou a ter um pouco de aristocracia.

Os primórdios da Democracia Representativa remontam à Inglaterra e a Suécia, dois países que até hoje são regidos por monarquias³, “nas assembleias convocadas pelos monarcas, ou às vezes pelos próprios nobres, para tratar de assuntos de Estado importantes: impostos, guerras, a sucessão do trono e assim por diante”. (DAHL, 2012, p. 43)

No esquema típico, os convocados vinham de vários Estados que deviam representar e havia reuniões separadas para os

³ Abrimos parênteses aqui para uma explicação de Norberto Bobbio a respeito de uma confusão clássica entre estudiosos da democracia, que diz respeito à democracia representativa e o Estado parlamentar, para ele, “democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas (...) dizem respeito à coletividade inteira”, já o Estado parlamentar é uma aplicação particular (...) do princípio da representação (...), é aquele Estado em que é representativo o órgão central. (BOBBIO, 2014).

representantes de cada um deles. Com o tempo, os Estados foram reduzidos a dois, lordes e comuns, que eram, é claro, representados em casas separadas. (DAHL, 2012, p. 43)

Por fim, no século XVIII:

(...) os autores começaram a ver o que os Levellers já haviam percebido: que ao unir a ideia democrática de governo do povo à prática não democrática da representação, a democracia podia assumir uma forma e uma dimensão totalmente novas. (...) Em poucas gerações desde Montesquieu e Rousseau, a representação foi amplamente aceita pelos democratas e republicanos como uma solução que eliminou os antigos limites ao tamanho dos Estados democráticos e transformou a democracia, de uma doutrina adequada apenas para as cidades-Estado pequenas e em rápida extinção, para uma doutrina aplicável aos grandes Estados nacionais da era moderna. (DAHL, 2012, p. 43)

O conceito de democracia representativa tomou grandes proporções nos anos subseqüentes. Por fim, no século XX, a palavra “representação” passou a dividir holofotes com outro vocábulo, a “participação”, pressuposto para quaisquer pretensões de algo maior, ao alcance de todos.

Sobre esse aspecto, Pateman esclarece:

É um bocado irônico que a ideia de participação tenha se tornado tão popular, particularmente entre os estudantes, pois entre os teóricos da política e sociólogos a teoria da democracia mais aceita (...) é aquela na qual o conceito de participação assume um papel menor. Na realidade, não apenas tem um papel menor, como nas teorias de democracia atuais um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes à ampla participação popular em política. (PATEMAN, 1992, p.9).

No mesmo sentido, diz Bobbio:

Identificada a Democracia propriamente dita sem outra especificação, com a Democracia direta, que era o ideal do próprio Rousseau, foi-se afirmando, através dos escritores liberais, de Constant e Tocqueville e John Stuart Mill, a ideia de que a única forma de Democracia compatível com o Estado liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc, fosse a Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. (BOBBIO, 1998, p. 323-324).

A democracia, por fim, hoje está cindida em duas vertentes: a romântica, herdada dos gregos, em que o governo é do povo; e a mais realista, ligada ao processo eleitoral na forma de eleições livres e periódicas como forma de escolha dos governantes, essência de qualquer regime considerado democrático.

Trata-se de conceitos incompatíveis entre si: se todos são iguais (todos podem ser eleitos), não haveria a necessidade de eleição, bastava sortear alguns membros da sociedade e torná-los governantes por prazo determinado com substituição periódica, o que não existe (nem existiu) em nenhum regime democrático. E é esse o tema sobre o qual Ortega y Gasset se debruça em seu livro “A Rebelião das Massas”: sobre a necessidade de não ser representado, mas sim, antes disso, ser parte integrante do governo, ser participante das decisões de maior importância para o país. Seria o homem-massa capaz de participar ativamente das decisões políticas ou deveria ser simplesmente guiado, respeitando toda decisão que fosse tomada por homens melhores do que ele, os quais sempre decidiriam o melhor para todos?

A discussão a qual ele se apegava é se seria esse tal homem-massa capaz de participar ativamente das decisões políticas ou se, como outrora, deveriam ser simplesmente guiados, respeitando toda a decisão que fosse tomada por homens melhores que ele, pois esses sempre decidiriam o melhor para todos.

Finalizada essa breve diferenciação entre Democracia Direta e Democracia Representativa, passemos à análise da Teoria das Elites, que teve um pé nas ideias de Nietzsche (alguns homens teriam mais vontade de poder, portanto, deveriam governar) e do próprio Ortega (há homens melhores que outros, e esses devem governar), e foi capitaneada por três pensadores (Mosca, Pareto e Michels) que propugnam pela impossibilidade das democracias.

Passemos à análise.

1.3 Um Parênteses Necessário: A Teoria Política das Elites

Desde a Grécia antiga, sempre ela, há uma controvérsia a respeito das elites e da democracia. Segundo Cristina Buarque de Hollanda, “a formulação original de uma teoria das elites surgiu da crítica de Sócrates às rotinas da vida pública na Atenas antiga, no século V a.C”. (HOLLANDA, 2011, p. 6).

Quando os homens comuns assumiram o direcionamento a ser dado aos negócios abolindo a vontade dos deuses fizeram nascer de uma só vez a democracia e a política. (HOLLANDA, 2011, p. 6).

Antes da Grécia, já havia formas de governo conhecidas, contudo não existiam ainda formas de política, não havia os atos de negociar amplamente e debater sobre a vida coletiva. Os cargos públicos eram distribuídos por sorteio (havia o voto, mas como exceção). Criar e executar leis eram também tarefas do povo, sem distinção de origem social. Ser considerado livre, portanto, era participar ativamente da vida da cidade. (HOLLANDA, 2011, p. 7).

É importante repisar que a ideia moderna de democracia vai de encontro à possibilidade de escravizar alguém, algo comum em Atenas, cuja grande revolução democrática era a concessão de direitos políticos a pequenos comerciantes e artesãos. Até aquele momento, desconhecia-se qualquer forma de governo capaz de dar direitos iguais aos cidadãos da polis; todavia, no âmbito familiar, havia clara diferenciação entre pais, filhos, mulheres e escravos. (HOLLANDA, 2011, p. 7).

Platão condenava a “igualdade política” em voga em Atenas. Segundo acreditava, a perfeição estaria no reconhecimento das desigualdades naturais entre os homens. Por conseguinte, o modelo perfeito (proposto por ele) seria aquele em que uma elite de sábios (os filósofos) governasse, pelo fato de disporem de acesso ao conhecimento e à moral. Em sua opinião, a subversão da hierarquia natural, com vistas à persecução da igualdade como princípio, ameaçava a justiça. Para corroborar essa assertiva, trouxe à baila o caso da condenação de Sócrates à morte. (HOLLANDA, 2011, p. 8).

De Platão à democracia moderna, muito se debateu e se falou, e um dos tópicos remanescentes nas discussões é o concernente à tensão entre as elites e a democracia.

Locke, encetando abordagem sobre o liberalismo, preteriu a democracia. Consoante preconizava, liberdade era igual ao afastamento dos homens livres da vida pública entregando-se ao mundo privado e dele extraíndo o sentido da existência. Para ele, seria bastante o voto esporádico como meio de participação na vida pública. (HOLLANDA, 2011, p. 8).

Quem reaproximou a democracia e o liberalismo foi o princípio representativo. Os outrora antagônicos à democracia passaram a vê-la com mais conforto quando a

ideia do governo do povo foi afastada pela ideia do governo eleito pelo povo e dele representante.

Tal perspectiva foi objeto de estudo por um trio de autores Mosca, Pareto e Michels, dos quais adveio o cânone da chamada Teoria das Elites.

Conquanto haja diferenças entre o pensamento dos três autores, é possível identificar uma convergência clara entre eles quanto ao caráter utópico da democracia liberal⁴ enquanto regime cuja rotina institucional não possui vínculos com sua motivação ideal.

A origem da teoria das elites remonta aos autores Nietzsche e Ortega y Gasset, que “foram (...) hostilizados devido a suas correntes de pensamento, mais destoantes ainda do que agrada ao senso comum”. (LIMA, 2014, p.14)

É importante que se tenha a real colocação desses autores, qual seja, as ideias de soberania popular, igualdade política e sufrágio universal compõem um universo abstrato de discursos, sem sustentação real.

Na percepção elitista, todo exercício da política, alheio às suas justificativas formais, está fadado à formação de pequenos grupos que subordinam a maior parte da população. (...) Na contramão da ideologia democrática igualitária, essa retórica científica condenava a presença dos homens comuns na política. Diluídos na multidão e protegidos pelo anonimato, os indivíduos tendiam à ação medíocre. (HOLLANDA, 2011, p. 11).

O avanço da democracia foi combatido por outros intelectuais. Teorias médicas e psicológicas pululavam discutindo o comportamento irracional das massas e defendendo que os homens tinham uma hierarquia, a qual não poderia ser subjugada.

É importante perceber que a crítica elitista não buscava desconstruir os princípios democráticos e socialistas: o problema era concretizá-los, tornando iguais aqueles que, para eles, eram diferentes.

⁴ (...) o processo de democratização, que consiste no cumprimento cada vez mais pleno do princípio-limite da soberania popular, se insere na estrutura do Estado liberal entendido como Estado, in primis, de garantias. Por outras palavras, ao longo de todo o curso de um desenvolvimento que chega até nossos dias, o processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de Democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. Neste contexto histórico a Democracia não se apresenta como alternativa (como seria no projeto de Rousseau rejeitado por Constant) ao regime representativo, mas é o seu complemento; não é uma reviravolta mas uma correção. (BOBBIO, 1998, p. 324).

A partir do estudo da forma e da composição dos partidos políticos, Michels desenvolve a “lei de bronze das oligarquias”, por meio da qual afirma que toda organização leva a uma oligarquia indubitavelmente. O autor ampara-se em Mosca⁵ para melhor embasar seu pensamento e adota a assertiva de que as minorias são organizadas e acabam concentrando o poder, que é completamente disperso, ou até inexistente, na maioria. Com isso, Michels declara que a “doença oligárquica” dos partidos democráticos é incurável – as democracias trazem soluções autoritárias e, assim que ganham o poder, terminam por se transformarem naquelas velhas aristocracias que um dia atacaram, gerando um triste ciclo vicioso sem fim. (LIMA, 2014, p.40)

Para os defensores do elitismo, “a desigualdade é condição necessária de toda a sociedade, e a ideia de igualdade é inadequada para compreender os termos reais de funcionamento da política. (HOLLANDA, 2011, p. 11).

Como Maquiavel, os elitistas pensavam no “ser”, não no “dever ser”, já que este último estaria no mundo do ideal, do utópico. Em um mundo ideal, todos pensariam no bem-comum, acreditariam na reflexão antes da ação, a filosofia seria prática geral, o que, para eles, na verdade não ocorreria.

Se o dever ser é uma utopia, os elitistas propuseram então uma análise científica, o objetivo? Para eles não se poderia opor uma utopia a outra; pela ciência desenvolveriam meios seguros para o entendimento da realidade, como contraponto “ao pensamento abstrato e aos devaneios retóricos”. (HOLLANDA, 2011, p. 12).

O elitismo⁶ tratou-se então de um “movimento de cientificização do saber sobre a sociedade” (HOLLANDA, 2011, p. 12), uma teoria que se propunha imune a todo preconceito social e imprecisão. Passemos à análise segundo a ótica dos defensores dessa teoria.

⁵ Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, há um cuja evidência se pode facilmente manifestar a todos: em todas as sociedades, a começar por aquelas que estão menos desenvolvidas e que apenas chegaram aos primórdios da civilização, até às mais cultas e mais fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e fornece-lhe, pelo menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político. (MOSCA, 1896,

⁶ Segundo estes escritores, a soberania popular é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato, porque em qualquer regime político, qualquer que seja a “fórmula política” sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma minoria de pessoas, que Mosca chama de “classe política”, aquela que detém o poder efetivo. Com esta teoria se conclui a longa e afortunada história das três formas de Governo, que, como se viu, está na origem da história do conceito de Democracia desde o momento em que, em toda a sociedade, de todos os tempos e em todos os níveis de civilização, o poder está nas mãos de uma minoria, não existe outra forma de Governo senão a oligárquica. (BOBBIO, 1998, p. 325).

Os três expoentes da teoria, como dito, são Mosca com menor influência, Pareto com maior influência e, por fim, Michels, que observou o princípio elitista no partido social democrata alemão e sugeriu existir um padrão universal que se reproduziria em qual organização.

Siciliano, Mosca nasceu em uma Itália ainda não unificada, filho de servidor público, graduou-se na Universidade de Palermo no curso de Direito. Segundo HOLLANDA:

A vida profissional de Mosca foi marcada pela tensão entre a carreira política e o percurso acadêmico. Preterido em disputas pela cátedra de direito constitucional em universidades na Sicília, afinal retornou à Universidade de Palermo como docente, em 1885. Apesar disso, não foi admitido em posto regular e experimentou fortes dificuldades financeiras, com escasso apoio familiar. O vínculo precário com a universidade levou-o a abandoná-la e seguir para Roma, onde foi aprovado em concurso público para o cargo de revisor parlamentar da Câmara dos Deputados. (HOLLANDA, 2011, p. 13).

Dessa experiência nasce sua primeira obra “Sobre a teoria dos governos e sobre o governo parlamentar”, de 1881 e já esboçava as linhas gerais de seu sistema teórico propondo um “estatuto de ciência à reflexão sobre a política”. (HOLLANDA, 2011, p. 14). Em sua opinião, a “constituição de um método científico rigoroso, inacessível às mentes comuns, deveria libertar o estudo da política e da sociedade do juízo vulgar e desqualificado.” (HOLLANDA, 2011, p. 14). Portanto, a ele caberia fundar uma nova ciência, e para isso, via-se impelido ao mundo acadêmico para esclarecer “os princípios de organização da sociedade e da política”. (HOLLANDA, 2011, p. 14)

A ciência proposta por Mosca era avessa à sedução das aparências e das fórmulas fáceis. No primeiro capítulo da obra, o autor critica a permanência injustificada das classificações de governo de Aristóteles no cenário político-intelectual. As diferenças de forma entre monarquia, aristocracia e politeia seriam irrelevantes para o entendimento das dinâmicas reais da política. Para Mosca, a única distinção política que importava era aquela entre governantes – minoria que acumula o poder – e governados – grupo numeroso sobre o qual incide o poder. A maioria, apesar das crenças que tenha sobre si própria, jamais participa de fato do governo. Sempre haverá uma classe política organizada que se impõe, por superioridade moral, aos numerosos e fortes. (HOLLANDA, 2011, p. 14)

Ao alertar sobre a imprescindibilidade de uma organização para que a maioria funcione, Mosca destaca a necessidade de se dispor, necessariamente, de uma minoria organizadora, ou seja, uma elite:

Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, há um cuja evidência se pode facilmente manifestar a todos: em todas as sociedades, a começar por aquelas que estão menos desenvolvidas e que apenas chegaram aos primórdios da civilização, até às mais cultas e mais fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, executa todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que lhe estão associadas; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de um modo mais ou menos legal, ou mais ou menos arbitrário e violento, e fornece-lhe, pelo menos aparentemente, os meios materiais de subsistência e os que são necessários à vitalidade do organismo político. (MOSCA in CRUZ, 2004, p. 405).⁷

O estudioso também assevera que a tendência natural à constituição de elites, por si só, não garante eficácia, pois a riqueza e o lugar social do nascimento não têm o condão de assegurar qualidade intelectual aos que dela fazem parte:

Vale notar que as justificações das elites para o lugar privilegiado que ocupam são indiferentes aos critérios reais de sua formação e sustentação, isto é, elas não anunciam a riqueza, o nascimento ou o mérito pessoal como definidores da sua condição de elite: estes marcadores sociais operam de modo tácito e escapam ao discurso político. (...) Mosca passa a identificar o governo representativo como o menor dos males políticos, como um caminho desejável, portanto. Nesse novo momento, rejeita a crítica indistinta à democracia e ao socialismo e destaca a experiência democrática como legítima. (HOLLANDA, 2011, p. 15)

Uma série de intelectuais foi influenciada pela teoria das elites de Mosca, o primeiro a sistematizá-la.

⁷ Among the constant facts and tendencies that are to be found in all political organisms, one is so obvious that it is apparent to the most casual eye. In all societies from societies that are very meagerly developed and have barely attained the dawnings of civilization, down to the most advanced and powerful societies two classes of people appear a class that rules and a class that is ruled. The first class, always the less numerous, performs all political functions, monopolizes power and enjoys the advantages that power brings, whereas the second, the more numerous class, is directed and controlled by the first; in a manner that is now more or less legal, now more or less arbitrary and violent, and supplies the first, in appearance at least, with material means of subsistence and with the instrumentalities that are essential to the vitality of the political organism. (MOSCA, 1939, p. 50).

Depois dele viria Pareto, seu rival manifesto cujas proposições foram influenciadas e também influenciaram a obra de Mosca, malgrado ambos não admitissem tal influxo mútuo.

Francês, nascido em Paris, em uma família aristocrata, Vilfredo Pareto era filho de Raffaele Pareto, exilado na França em virtude de seu envolvimento com o movimento nacionalista.

O processo de unificação da Itália gerou um cenário favorável à volta da família ao seu país de origem.

Embora fosse graduado em Engenharia, Pareto era fortemente influenciado pela Sociologia, fruto da assiduidade com que frequentava círculos intelectuais em Florença.

Em 1896 publica sua primeira obra, o “Curso de Economia Política”, na qual, ao contrário do que fez o seu rival, não esboçou algo sobre a teoria das elites, mas já há algumas reflexões sociológicas sobre progresso, numa perspectiva iluminista, e a “ideia do liberalismo como boa forma política”. Nessa obra já era possível identificar uma característica patente de Pareto: a preocupação com o rigor metodológico. (HOLLANDA, 2011, p. 22)

Entra e se afasta da vida política sob o argumento de que o verdadeiro cientista não poderia aderir a uma das partes, mas deveria se manter absolutamente imparcial a fim de buscar as respostas verdadeiras sem contaminação. Havia aqui também uma crítica a Mosca, que se manteve na política durante a construção de sua obra intelectual.

(...) destitui a ciência de toda intenção normativa. Dela não deriva moralidade ou sentido para a vida. A ciência pressupõe o interesse por si mesma e não dá prova científica de sua necessidade. A ciência, por fim, não produz movimento ou ação, mas compreensão da realidade. (HOLLANDA, 2011, p. 24)

Ao escrever sua obra de maior alcance e projeção, o “Tratado de sociologia Geral” Pareto se preocupa com o sentido e a origem das ações humanas. Aqui ele passa a ser um crítico do Liberalismo, para ele o discurso liberal era o instrumento lógico para ocultar a origem emocional das crenças.

O conceito de elite⁸ de Pareto, à diferença da noção de classe política da primeira fase de Mosca, não se limita aos quadros formais do governo e da política. Trata-se de uma categoria mobilizada para a observação de todos os grupos dispostos na sociedade. A premissa dessa ideia é que, em qualquer ramo da atividade humana, alguns homens são melhores do que outros e alcançam maior destaque no desempenho de seus ofícios. Sempre existe um grupo de poucos homens mais talentosos que prevalece sobre um grupo extenso de sujeitos menos aptos. Nessa perspectiva, o critério para definir uma boa ou má elite é a maior ou menor capacidade de executar uma atividade específica. Não há impedimento, portanto, em supor a figura de um “bom ladrão”, isto é, de um sujeito que infringe as normas com competência e destaca-se no meio daqueles que se dedicam ao mesmo objetivo. O que define as elites, assim, é um princípio de eficiência, e não um critério moral. (HOLLANDA, 2011, p. 22)

No sistema apresentado por Pareto, a elite política constitui uma das classes superiores e reúne os homens mais aptos à condução do governo⁹. Como em outros setores da atividade humana, um conjunto de homens mais capazes se destaca e subordina os menos capazes, sempre em maior número.

Longe de constituir uma realidade estática, a dominação é dinâmica, baseada em negociação tensa entre dirigentes e dirigidos. As condições do domínio não são estáveis e passíveis de reprodução indefinida. Os fundamentos do poder exigem, portanto, renovação constante. (HOLLANDA, 2011, p. 23)

Como Maquiavel, Pareto entende o poder como um lugar frágil e precário que demanda esforço permanente de atualização, sem garantias de sucesso. As elites, portanto, embora constituídas pelos melhores, não estão imunes a ameaças externas.

Como Maquiavel, Pareto entende o poder como um lugar frágil e precário que demanda esforço permanente de atualização, sem garantias de sucesso. As elites, portanto, embora constituídas pelos melhores, não estão imunes a ameaças externas.

Nascido na Alemanha em uma família da alta burguesia, Robert Michels nasceu em Colônia, na Alemanha, em 1876, em uma família de alta burguesia

⁸ Da mesma maneira que numa sociedade se pode distinguir os ricos e os pobres, se bem que as rendas cresçam insensivelmente da mais baixa à mais alta, pode-se distinguir, numa sociedade, a elite, a parte aristocrática, no sentido etimológico (αριστος = melhor) e uma parte vulgar; porém é preciso sempre se lembrar de que se passa insensivelmente de uma para a outra. (PARETO, 1996, p. 112).

⁹ A noção dessa elite está subordinada às qualidades que se procura nela. Pode haver uma aristocracia de santos ou uma aristocracia de salteadores, uma aristocracia de sábios, uma aristocracia de ladrões etc. Se se considera esse conjunto de qualidades que favorecem a prosperidade e a dominação de uma classe na sociedade, temos o que chamaremos simplesmente a elite. Essa elite existe em todas as sociedades e as governa, mesmo quando o regime é, em aparência, aquele da mais ampla democracia. (PARETO, 1996, p. 112).

comerciante. Dedicou-se à carreira militar na juventude e depois iniciou seus estudos nas mais prestigiadas universidades da Europa.

Assim como Pareto e Mosca, Robert Michels (1876-1936) consolidou-se como grande expoente da teoria clássica das elites. À semelhança dos primeiros, entende a ciência como investigadora não de dimensões morais, mas de fatos¹⁰; a ela não interessa se algo é bom ou mal à sociedade, mas sim como as coisas são ou não são. E o que Michels constata na realidade e aborda em *Sociologia dos Partidos Políticos* é que não se concebe democracia sem organização; e organizações, por sua vez, são oligarquizações por natureza, o que imprime caráter elitista às sociedades democráticas. (LIMA, 2014, p.37)

Segundo acredita Michels, a organização é o único modo de criar vontade coletiva (HOLLANDA, 2011, p. 32); é a mediação necessária entre o interesse e a ação. A reação dos dominados aos interesses dominantes não poderia surgir de uma cena desorganizada. Apenas aos patrões interessa a indisciplina das vontades.

Embora condição vital da classe operária, a organização tem como consequência necessária a subordinação de um grupo grande a um pequeno. Esse é o curso necessário dos grupos humanos que buscam constituir um corpo social consistente.

Assim, enquanto se organiza a classe operária ela, inevitavelmente, tenderá a se subordinar há algum grupo, qualquer grupo que busque uma consistência de ideias e força irá, em algum momento, seguir esse caminho.

Há isso se aplica a “lei de ferro ou lei de bronze das oligarquias”¹¹, para que se organizem será necessário formar uma minoria dirigente que subordinara a maioria¹².

¹⁰ No mesmo sentido: “Embora tenha produzido bibliografia extensa, com 33 livros e centenas de ensaios políticos, o estudo do pensamento de Michels tende a concentrar-se em torno de *Sociologia dos partidos políticos*, livro publicado em 1911. Logo no prefácio, o autor, à semelhança de Pareto, postula a ciência como ferramenta neutra de verificação da realidade. Nessa perspectiva, o exercício científico não produz sentido para o real, mas meios para sua compreensão, o que não autoriza otimismo ou pessimismo na interpretação da realidade social. A análise criteriosa da realidade apenas revela sua natureza, inacessível a um observador desatento.” (HOLLANDA, 2011, p. 32)

¹¹ Mesmo que as multidões descontentes conseguissem despojar os burgueses do seu poder, trataria-se aí, segundo Mosca, apenas de uma aparência: sempre surge necessariamente no seio das massas, uma nova minoria organizada que se eleva à posição de uma classe dirigente. Eternamente menor, a maioria dos homens se veria, assim, obrigada e até predestinada pela triste fatalidade da história, a sofrer dominação de uma pequena minoria oriunda de seus flancos e a servir de pedestal para a grandeza de uma oligarquia. (MICHELS, 1982, p. 234-235).

¹² O princípio segundo o qual uma classe dominante se substitui fatalmente por uma outra, e a lei que deduzimos dele, a saber que a oligarquia é como a forma preestabelecida da vida em comum dos grandes agregados sociais;

Entre democracia e organização existe uma relação negativa: as organizações afastam-se de suas motivações originais à medida que se expandem e complexificam-se. A oligarquização necessária de toda iniciativa de ordem constitui a tese central da obra de Michels. (HOLLANDA, 2011, p. 32).

O problema é que a oligarquização tenderá a fazer com que os dirigentes apoiem a si mesmos em detrimento dos dirigidos. Segundo Michels “as lutas de classes resultariam sempre na criação de novas oligarquias unidas às antigas”. (MICHELS, 1982, p. 235).

E eis um breve resumo da Teoria das Elites para que possamos utilizá-lo neste trabalho, como dito, um parênteses necessário para o entendimento da obra de José Ortega y Gasset. O mundo é composto por três tipos de pessoas: leões, raposas e gado. Os leões dominam pela força. As raposas pela astúcia. E resta ao gado ser “tocado”, dirigido, guiado por leões ou raposas¹³ que se revezam no poder já que, entre grandes multidões qualquer decisão será tomada por aclamação ou repudia, sem ouvir a cada um, individualmente, o que remete há um comportamento de manada, como é o gado.

Os leões chegam ao poder pela demonstração de força, de possibilidade de manutenção da paz, tem grande apoio popular de início, mas necessitarão, num breve momento ou não, da astúcia das raposas. As raposas chegam ao poder por sua inteligência (no sentido de manipulação, de sordidez e astúcia), tem também apoio popular e necessitará, num breve momento ou não, da força dos leões para manter a paz.

Como visto, há uma guerra de poder entre leões e raposas, e o povo, o gado, tende a ser manipulado por um grupo ou outro, crendo que é ele quem decide o futuro de sua liderança quando na verdade é marionete de um jogo entre duas elites, no nosso exemplo, raposas e leões.

É imprescindível ressaltar que o mundo seriam bem mais fácil de ser regido se uma teoria simplista como essa resolvesse toda a análise política histórica da humanidade. Não é. Há leões-raposas, raposas-leões e um número incalculável de

esse princípio e essa lei, longe de enfraquecer a concepção materialista da história ou de substituí-la, a completam e reforçam. (MICHELS, 1982, p. 235).

¹³ A ideia de leões e raposas é apresentada na obra de Vilfredo Pareto.

outros animais nessa “fauna política”. Mas servirá como ponto de apoio quando discutirmos a rebelião das massas, análise proposta por Ortega y Gasset.

2 O HOMEM-MASSA DE ORTEGA Y GASSET

2.1 Ortega y Gasset: Entendendo o Homem por trás do Livro

Antes de adentrarmos o pensamento de José Ortega y Gasset é preciso conhecê-lo, entender as pequenas nuances que fazem dele e de sua obra algo a ser debatido, discutido, principalmente sobre o tema deste trabalho que é verificar se há ou não uma tensão entre a democracia e o homem-massa, especificamente na obra “A Rebelião das Massas”.

Valemo-nos aqui das palavras de Sánchez, no Brasil traduzido por Perissé:

Compreender uma pessoa requer o estudo de sua biografia, da evolução de sua vida nos diferentes contextos em que se desenrolou. Essa exigência reveste-se de especial significação no caso de Ortega, pois foi um dos temas centrais do seu pensamento. Em palestra pronunciada por ocasião dos quatrocentos anos da morte de Juan Luis Vives, em 1940, apresenta-nos sua visão sobre como escrever uma rigorosa biografia. Para realizar essa tarefa, dizia-nos, procuramos reconstruir intelectualmente a realidade de um “bios”, de uma vida humana; e viver é, para o homem, ter de lidar com o mundo ao seu redor; mundo geográfico e mundo social. Se quisermos elaborar uma biografia séria, o elemento decisivo é o mundo social no qual nascemos e vivemos. (SÁNCHEZ, 2010, p.13).

Nascido em Madrid no dia 9 de maio de 1883, José Ortega y Gasset compunha uma família pertencente à burguesia liberal do final do século XIX. Sua mãe era herdeira da família dona de um jornal da cidade chamado “El Imparcial”; o pai era jornalista e diretor desse mesmo periódico.

O biógrafo Jordi Gracia o descrevia como “um homem insultantemente inteligente, prematuramente calvo, imperialmente seguro de si mesmo e sorridente, piadista, jovial, fanfarrão e sedutor” (GRACIA, 2014, p. 69) (em que pese defender que essa segurança em si não era imperturbável ou blindada). Chamava-o ainda de “pessoa e personagem” (GRACIA, 2014, p. 69), de “mais moderno pensador Europeu” (GRACIA, 2014, p. 69) e “com mais longevidade de pensamento no Século XX na Espanha” (GRACIA, 2014, p. 69).

O fato de ser filho de jornalista influenciou diretamente sua carreira, tanto no aspecto intelectual quando na forma de escrever seus artigos filosóficos, nos quais constavam um “quê” de literatura, de crônica, com grande facilidade de se fazer

entender e prender o leitor. Não por menos, na Espanha é reconhecido como filósofo e como jornalista. (GRACIA, 2014, p70).

Iniciou seus estudos em Madrid e cursou o ensino médio na escola dos jesuítas em Málaga. O contato com as ideias jesuítas o influenciaram na decisão de seu projeto de reformulação da filosofia européia.

Em 1891, aos 8 anos de idade, ingressa como aluno interno no colégio dos jesuítas em *Miraflores del Palo* (Málaga), onde permanece até 1897. Inicia seus estudos universitários em direito e filosofia na *Universidad de Deusto* (1897), também dirigida pelos jesuítas, prosseguindo depois na Universidade Central de Madri, onde se forma em filosofia (1902) e obtém o doutorado (1904) com a tese "*Los terrores del año mil: crítica de una leyenda*". Faz críticas ao estilo e conteúdo negativistas da educação jesuítica, à intolerância desses religiosos e, sobretudo, aos seus limitados conhecimentos e incompetência intelectual. Também foram decepcionantes as experiências universitárias de Ortega em Madri. Qualifica como medíocre o ensino que recebeu ali. Com ou sem fundamento, Ortega descreve de modo negativo o panorama da educação que obteve. (SÁNCHEZ, 2010, p.14)

A educação em Málaga também o persuadiu por se tratar de a cidade ser um dos primeiros centros industriais da Espanha no século XIX, calcado no trabalho de diversas famílias burguesas; e também pelo fato de ele ter testemunhado ali o declínio dessa mesma burguesia diante da crise econômica causada pela praga que devastou colheitas.

Para compreender a função educadora de Ortega, convém considerar, além das circunstâncias familiares e escolares, a atmosfera psicológica da sociedade espanhola naquele momento, pois ele se sente como participante de uma geração "que despertou intelectualmente no terrível ano de 1898, e que, desde então, não presenciou sequer uma hora de satisfação, nem um dia de glória ou plenitude". De fato, 1898 é uma data-chave. Pelo tratado de paz de Paris, a Espanha renuncia a seus direitos de soberania sobre Cuba que, mais tarde, tornar-se-á Estado livre, e cede Porto Rico, as Filipinas e a ilha de Guam aos Estados Unidos. A perda das colônias enche os espanhóis de tristeza, angústia e pessimismo. A atividade intelectual hispânica centra-se no chamado "problema da Espanha", que engloba, na verdade, uma série de problemas. Esses problemas são analisados e os valores históricos submetidos à mais severa crítica. Cada autor, seja qual for seu campo de atividade, procura, segundo suas características e seu temperamento, a explicação do "caso Espanha" e as causas da decadência. (SÁNCHEZ, 2010, p.15)

Em seus escritos Ortega propõe um programa de uma modernidade latina alternativa. Fez viagens à América do Sul sendo de grande importância sua visita à Argentina para sua vida profissional e suas relações com a cultura ibero-americana. (INFANTA ELENA, 2005, p. 3).

O pensamento de Ortega, segundo Antonio Rodríguez Huéscar, deixa clara a influência de "(...) Parmênides-Heráclito, (...) Sócrates-Platão e (...) Aristóteles", e continua "em uma combinação nova e pessoal, o que faz de Ortega uma das versões históricas mais originais do filósofo e da própria filosofia". (HUÉSCAR, 2010, p.1)

Escreveu vasta obra, boa parte na forma de artigos publicados em jornal e conferências proferidas pela Europa, sintetizadas em livros tais quais: *Meditaciones del Quijote*, *España invertebrada*, e o objeto desta dissertação, *La rebelión de las massas*, *El tema de nuestro tempo*, *La deshumanización del arte*, *Mision de la Universidad*, *Goethe desde dentro*, *En torno a Galileo*, *Estudios sobre el amor*, *¿Que és filosofia?*, *Orígen y Epílogo de la filosofia*, *Unas Leciones de metafísica*, *El Hombre y la gente*, *La idea de principio en Leibniz y la evolución de la teoría deductiva e Anaconda*, dentre muitos outros artigos e conferências publicadas.

Como relatado por Gracia, Ortega y Gasset era um personagem muito aceito no meio em que convivia, como jornalista e acadêmico.

Em um artigo por nome de "Ortega: gênio y palabra", Huéscar narra seu primeiro encontro com Ortega:

Desde que comeci a ouvir a palavra de Ortega, percebi que estava na presença de algo definitivamente importante, a saber: a própria filosofia, ao vivo e uma de suas versões plenárias históricas. Esta consciência não fez nada senão ir afirmando, tornando-se mais profunda e consciente, à medida que progredi nos meus estudos (...) A palavra de Ortega tinha um poder de nudificação da realidade, uma virtude penetrante e demonstrativa de suas áreas básicas e imediatas e literalmente incrível. Mas essa função de despojar a realidade, de alcançar seus estratos radiculares e ocultos através da folha do aparente, é o que é verdadeiramente chamado de "verdade", e o espanto sempre foi a emoção filosófica por excelência. Não conheci nenhum homem cujo pensamento, ou melhor, a quem diz, desempenhou essa função reveladora com naturalidade, eficiência e imediatismo da Ortega. (HUÉSCAR, 2010, p.1)

É possível, por meio dessas palavras escritas, por razão do aniversário de morte do autor, imaginar seu impacto na comunidade espanhola, em especial sobre

os jovens acadêmicos que o conheceram, seja pelo jornal, seja pelos escritos ou pelas aulas na Facultad de Filosofia y Letras em Madrid, como é o caso deste último.

Muitas máximas ditas por ele são famosas, uma delas, a de que “O homem é o homem e sua circunstância”, representa de forma bem completa o seu pensamento. Todo indivíduo é singular, e por isso deve ser estudado como um e não como grupo, fugindo dos caminhos da sociologia. Assim, ele os distribuiu em classes de indivíduos, e não em estratos sociais.

Ortega viveu os problemas do seu tempo, apaixonado pela Espanha, preocupou-se em sua obra com o destino daquela nação. Como dado histórico, é importante destacar que a Espanha se encontrava fragmentada em virtude de diversos problemas sociais e políticos que a impediam de se desenvolver como o faziam outras nações europeias.

De posse dos problemas vividos na Espanha, Ortega dedicou-se a criar a teoria que chamou de raciovitalismo (algo como buscar a razão da vida), direcionada à discussão do conceito de vida experimentado na primeira pessoa (sua máxima, consoante citado, busca particularizar os problemas de cada homem).

A realidade em volta do homem é capaz de influenciar o percurso que desejou seguir ou simplesmente foi empurrado a seguir. O complemento da máxima diz “se não salvo a ela (circunstância), não salvo a mim.”

No decorrer da biografia de Ortega, Gracia destaca que:

A reflexão sobre o eu e a circunstância nas meditações¹⁴ também não era nova: desenvolveu uma intuição muito antiga, apontada na pedagogia da paisagem de 1906 e estendida na conferência do Ateneu de 1915. (GRACIA, 2014, p. 98)

Assim, acredita Ortega na capacidade que o homem detém de transformar a sua vida ao mudar a realidade em que vive. Caso contrário, está fadado a viver a sua circunstância.

Gracia aponta que Ortega se colocava “contra o critério darwiniano de que o homem está sujeito a uma lei superior de adaptação ao meio ambiente, sem muito espaço para a liberdade ou a imaginação”, porquanto defendia abordagem inversa.

Estudou na Alemanha certo período de sua vida, como lembra Sánchez:

¹⁴ Trata-se do livro “Meditaciones del Quijote” de José Ortega y Gasset, lançado no ano de 1915.

“Fugindo à mediocridade da minha pátria”, conforme suas próprias palavras, Ortega decide, em 1905, procurar as universidades alemãs, começando pela Universidade de Leipzig, onde estuda Kant: “Ali, tive a primeira e desesperada luta corpo a corpo com a crítica da razão pura, que tantas dificuldades oferece a uma cabeça latina”; no ano seguinte, visita Nuremberg e estuda durante seis meses em Berlim, onde conhece Georg Simmel, professor que exerce certa influência sobre ele. Sua experiência mais importante, porém, deu-se na terceira etapa de sua estada na Alemanha, em Marburg. Foi lá, pela primeira vez, que teve dois importantes mestres, Hermann Cohen e Paul Natorp, conhecidos representantes do neokantismo. Marburg marcaria Ortega profundamente, não só do ponto de vista intelectual, não só com relação à sua formação filosófica e pedagógica, mas também como ser humano. (SÁNCHEZ, 2010, p.15)

Depois de tanto tempo de estudo da cultura Alemã, Ortega atribuiu a si mesmo o título de embaixador da cultura germânica na Espanha. Lara, a esse respeito, comenta no artigo “Schopenhauer em la perspectiva de Ortega”:

Por ocasião de dirigir-se a seus leitores alemães, orgulhosamente lembra-lhes o trabalho realizado em seu próprio país como embaixador da cultura germânica, dizendo: "A Alemanha não sabe que eu, e basicamente eu sozinho, conquistei por ela, por suas ideias, por seus caminhos, o entusiasmo dos espanhóis. E algo mais. De passagem, eu tenho infectado toda a América do Sul com o germanismo". Sua vocação como pedagogo, que tinha a Espanha como estudante favorita, encontrou no pensamento científico e filosófico do mundo germânico profundidade e atualidade, rigor do pensamento e disciplina no trabalho intelectual. Suas iniciativas para re-ligar a cultura espanhola na Europa levaram o alemão como mentor privilegiado. (LARA, 1996, p.1)

É importante destacar outra observação feita por Lara, de que essa afirmação “contradiz a mesma doutrina Ortega de considerar a história particular de cada ser humano imerso em um precipitado de todas as forças históricas que construíram e trabalhavam dialeticamente em suas circunstâncias” (LARA, 1996).

E continua:

Esse “encultramento” é anterior a qualquer opção individual do sujeito e possui suas próprias características dos diferentes níveis espaciais e temporais que se materializarão na circunstância de vida de cada um. Mas se a presença da "circunstância" constitui a herança cultural universal que o sujeito recebe, durante toda a sua vida, sua condição de "herdeiro" o confronta com sua responsabilidade pessoal. A dimensão ética de seu ato encontra-se aberta e, ao mesmo tempo, comprometida. Diante dessa herança inevitavelmente recebida, o sujeito é convocado para assumi-la ou, pelo contrário, para evitá-la. Dependerá da sua escolha de viver de forma autêntica através da

realização de sua "vocação", ou em existência falsificada. Quem escolhe a gravidade da responsabilidade de assumir a circunstância que lhe cabe, será capaz de contribuir com sua vida, sua perspectiva única na tarefa coletiva da constru o da verdade do homem e do mundo. (LARA, 1996, p.3)

Sánchez, no artigo "Ortega e as suas circunstâncias", rememora uma fala proferida por Gasset sobre o tema:

Eu sou eu e minha circunstância. Essa frase, que surge em meu primeiro livro e que, em última instância, condensa meu pensamento filosófico, não significa apenas a doutrina que minha obra expõe e propõe; minha própria obra ilustra essa doutrina. Minha obra é, por essência e presença, circunstância. (SÁNCHEZ, 2010, p.17)

Talvez seja essa a melhor explica o para a obra de Ortega y Gasset, uma filosofia não fechada como um sistema, mas dinâmica pela constante busca por soluçoes, em especial, aos problemas da Espanha, apresentando reflexões de base teórica e diversas estratégias de a o.

Não diferente sua obra "A Rebelião das Massas", na qual identifica um problema e parte em busca da soluço sob as perspectivas prática e teórica.

Passemos então   análise da obra "A Rebelião das Massas" de José Ortega y Gasset.

2.2 A Rebelião das Massas

Ortega y Gasset, em A Rebelião das Massas, chama a aten o do leitor a respeito de um fato que, para ele, é extremamente importante na vida pública da Europa naquele momento: o advento das massas ao pleno poder social, movimento chamado por ele de "o fato das aglomera es". (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41)

Para ele as massas não podem e nem devem dirigir sua própria existência, tão menos postular a regência da sociedade, cenário ao qual julga como a "mais grave crise que sofre a Europa", (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41), nomeando então o movimento que deu azo à escolha do título do livro "A rebelião das massas", estudo em que o autor reforça o compromisso assumido nas páginas iniciais de que não dará às palavras "rebelião", "massas" e "poderio social" um viés exclusivamente ou primariamente político, porquanto "vida pública não   só política, mas, ao mesmo

tempo e ainda antes, intelectual, moral, econômica, religiosa; compreende todos os usos coletivos e inclui o modo de vestir e o modo de gozar.” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41). Sua insatisfação é patente com o “fato das aglomerações”, o constante “cheio” (cidades, ruas, bares, consultórios de médicos famosos, praias etc), porquanto o quantitativo de pessoas tomou a cidade e dela fez uso, criando um problema ao qual ele imputa grande relevância: o achar lugar.

Trazendo o texto para a realidade atual, poderíamos citar exemplos parecidos, tais quais a falta de vagas nos estacionamentos de shoppings abarrotados de gente, as filas intermináveis, a demora (Ortega y Gasset, com toda certeza, ficaria ainda mais incomodado se vivesse num engarrafamento diário na ida ao labor).

Percebe-se que a análise do autor, embora se proponha à avaliação imparcial da realidade posta, sofre influência de algo que o incomoda: o aglomerado de pessoas comuns. Diz o autor:

Vamos agora puncionar o corpo trivial desta observação, e nos surpreenderá ver como dele brota um repuxo inesperado, onde a branca luz do dia, deste dia, do presente, se decompõe em todo o seu rico cromatismo interior. Que é o que vemos e ao vê-lo nos surpreende tanto? Vemos a multidão, como tal, possuidora dos locais e utensílios criados pela civilização. Apenas refletimos um pouco, nos surpreendemos de nossa surpresa. Mas quê, não é o ideal? O teatro tem suas localidades para que se ocupem; portanto, para que a sala esteja cheia. E do mesmo modo os assentos o vagão ferroviário e seus quartos o hotel. Sim; não há dúvida. Mas o fato é que antes nenhum destes estabelecimentos e veículos costumavam estar cheios, e agora transbordam, fica fora gente afanosa de usufruí-los. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41)

Para Ortega, não é normal (embora devesse ser) o fato de ambientes planejados por pessoas para receber pessoas estarem cheios de, pasmem, pessoas. Por isso, a surpresa inicialmente sentida por o conduz ao seguinte questionamento: “A aglomeração, ou o cheio, antes não era frequente. Por que o é agora? Os componentes dessas multidões não surgiram do nada.” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41)

A primeira constatação é a de que havia o mesmo número de pessoas no mundo (ou na Espanha, local de observação) nos quinze anos anteriores, isto é, não houve aumento populacional que respondesse pelo “cheio”. Por conseguinte, se se tratava de algo anterior ao movimento, tais pessoas ainda não participavam dele,

viviam em grupos menores ou como solitários, cada qual em seu lugar, no campo, na vila ou num bairro da cidade.

A circunstância de as multidões não estarem em todas as partes, mas nas melhores, incomoda Ortega. Afinal, essas pessoas já não são mais coadjuvantes, e sim personagens principais ocupando lugares antes destinados a minorias como o teatro e a ópera.

Acerca do que entende por “massa”, Ortega lança mão da sociologia e assim indica:

O conceito de multidão é quantitativo e visual. Traduzamo-lo, sem alterá-lo, à terminologia sociológica. Então achamos a ideia de massa social. A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Não se entenda, pois, por massas só nem principalmente "as massas operárias". Massa é "o homem médio". (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 43)

E continua:

Deste modo se converte o que era meramente quantidade — a multidão — numa determinação qualitativa: é a qualidade comum, é o mostrengo social, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens, mas que repete em si um tipo genérico. Que ganhamos com esta conversão da quantidade para a qualidade? Muito simples: por meio desta compreendemos a gênese daquela. E evidente, até acaciano, que a formação normal de uma multidão implica a coincidência de desejos, ideias, de modo de ser nos indivíduos que a integram. Dir-se-á que é o que acontece com todo grupo social, por seletivo que pretenda ser. Com efeito; mas há uma diferença essencial. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 43)

A diferenciação por ele proposta é a de que a minoria, diferente do seu oposto, tem como características a busca constante da realização de algum desejo, da construção de uma ideia ou de um ideal (isso já a afastaria *per se* da maioria). Para reconhecer um membro da massa, não seria necessário vê-lo junto à multidão, apenas observar o indivíduo já permite defini-lo:

Massa é todo aquele que não se valoriza a si mesmo — no bem ou no mal — por razões especiais, mas que se sente "como todo o mundo", e, entretanto, não se angustia, sente-se à vontade ao sentir-se idêntico aos demais. Imagine-se um homem humilde que ao tentar valorizar-se por razões especiais — ao perguntar de si para si se tem talento para isto ou para aquilo, se sobressai em alguma ordem — adverte que não possui nenhuma qualidade excelente. Este homem sentir-se-

á medíocre e vulgar, e mal dotado; mas não se sentirá massa.
(ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 43)

Ortega particiona a humanidade em duas castas, duas classes (não classes sociais, mas de homens, não coincidentes com a hierarquização em classes inferiores ou superiores): “as que exigem muito de si e acumulam sobre si mesmas dificuldades e deveres; e as que não exigem de si nada especial, mas que para elas viver é ser em cada instante o que já são, sem esforço de perfeição em si mesmas, boias que vão à deriva.” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 44)

Na visão do autor, a massa, antes disciplinadamente conhecedora do seu lugar na ordem natural do mundo, de que os prazeres artísticos luxuosos eram da minoria e ela não devia, nem mesmo queria, ali se atrever a estar, percebeu que, quando o desejo lhe tomasse o coração, precisaria deixar de ser massa para poder usufruir do prazer reservado a poucos. Acontece que, para Gasset, a multidão marchou rumo ao primeiro plano social, para utilizar utensílios e gozar de prazeres outrora não perseguidos por ela. E a crença de que poderia lançar-se nesse universo é fator determinante para a distribuição da minoria. Ademais, não se contentando apenas com esse acesso, a massa avançaria também ao trabalho intelectual, tornando-o medíocre (na vida política, por exemplo, tornaria as inovações sem significação alguma senão o império das massas).

Assim o autor faz uma exortação a respeito das massas e da democracia:

A velha democracia vivia temperada por uma dose abundante de liberalismo e de entusiasmo pela lei. Ao servir a estes princípios o indivíduo obrigava-se a sustentar em si mesmo uma disciplina difícil. Ao amparo do princípio liberal e da norma jurídica podiam atuar e viver as minorias. Democracia e Lei, convivência legal, eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massa se houvesse cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. Isso era o que antes acontecia, isso era a democracia liberal. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 45)

A regra tornou-se “ser igual”, e quem ousa ser diferente é atropelado pela massa. “Quem não seja como todo o mundo, quem não pense como todo o mundo, corre o risco de ser eliminado. E claro está que esse “todo o mundo” não é “todo o mundo”. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 46). “Todo mundo” seria a massa.

Ortega sustenta que o movimento de massas já foi observado na história, o exemplo citado é o Império Romano, segundo ele a história deste império também é de subversão, de ascensão das massas que anulam as minorias colocando-se em seu lugar.

Em defesa da aristocracia, Ortega assim advoga:

Eu disse e continuo crendo, cada dia com mais enérgica convicção, que a sociedade humana é aristocrática sempre¹⁵, queira ou não, por sua própria essência, até o ponto de que é sociedade na medida em que seja aristocrática, e deixa de sê-lo na medida em que se desaristocratize. Bem entendido que falo da sociedade e não do Estado. Ninguém pode acreditar que diante deste fabuloso encrespamento da massa, seja o aristocrático contentar-se com fazer um breve trejeito amaneirado, como um fidalgo de Versalhes. Versalhes — entende-se esse Versalhes dos trejeitos — não é aristocracia, é o seu oposto: é a morte e a putrefação de uma magnífica aristocracia. Por isso, de verdadeiramente aristocrático só restava naqueles seres a graça digna com que sabiam receber em seu pescoço a visita da guilhotina; aceitavam-na como o tumor aceita o bisturi. Não: a quem sinta a missão profunda das aristocracias, o espetáculo da massa o incita e aviva como ao escultor a presença do mármore virgem. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 47).

As massas seriam, portanto, indóceis às minorias, deixaram de obedecê-la, a desrespeitam e não a tem como referência de liderança; ao contrário, puseram-na de lado e tomaram seu lugar (inclusive passaram a dominar técnicas que só indivíduos especializados tinham a habilidade, não só técnicas materiais como também jurídicas). (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 48).

No século XVIII, certas minorias descobriram que todo indivíduo humano, pelo mero fato de nascer, e sem necessidade de qualificação alguma, possuía certos direitos políticos fundamentais, os chamados direitos do homem e do cidadão, e que, a rigor, estes direitos comuns a todos são os únicos existentes. Todo outro direito imposto a dotes especiais ficava condenado como privilégio. Isto foi, primeiro, um puro teorema e ideia de uns poucos; depois, esses poucos começaram a usar praticamente dessa ideia, a impô-la e reclamá-la: as minorias melhores. Não obstante, durante todo o século XIX a massa, que se ia entusiasmando com a ideia desses direitos como com um ideal, não os sentia em si, não os exercitava nem fazia valer senão de fato, sob as legislações democráticas, continuava vivendo, continuava sentindo-se a si mesma como no antigo regime. O "povo" — segundo então era chamado —, o "povo" sabia já que era soberano; mas não acreditava nisso. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 49)

¹⁵ Eis aqui algo do que tratamos no capítulo I deste trabalho. Ortega defende que os melhores devem conduzir o povo, uma tendência aristocrática deliberadamente declarada.

Passaram então as maiorias não só a enxergar na legislação a garantia de direitos de a todos como a viver em seu coração tais ideias tidas por verdade. “A soberania do indivíduo não qualificado, do indivíduo humano genérico e como tal, passou, de ideia ou ideal jurídico que era, a ser um estado psicológico constitutivo do homem médio”. Para Ortega, “quando algo que foi ideal se faz ingrediente da realidade, inexoravelmente deixa de ser ideal”.

O autor não se omite em debater o homem-massa europeu e o homem americano como semelhantes, pois lá já se tinha a ideia de igualdade jurídica (como bem descrito por Tocqueville), segundo o qual o homem se sentiria senhor e dono de si mesmo, pensamento que na Europa só alcançaria os nobres. Os europeus tendiam então a acreditar que havia uma “americanização da Europa”, uma moda à qual não se devia dar importância.

Para Ortega, não houve esse fenômeno de influxo da América sobre a Europa (ou um refluxo, já que o primeiro influxo teria partido desta última na primeira), mas sim o de nivelção (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 51):

Desde sempre se entrevia obscuramente pelos europeus que o nível médio da vida era mais alto na América que no velho continente. A intuição, pouco analítica, mas evidente deste fato, deu origem à ideia, sempre aceita, nunca posta em dúvida, de que a América era o porvir. Compreender-se-á que ideia tão ampla e tão arraigada não podia vir do vento, como dizem que as orquídeas se criam sem raízes no ar. O fundamento era aquela entrevisão de um nível mais elevado na vida média de Ultramar, que contrastava com o nível inferior das minorias melhores da América comparadas com as europeias. Mas a história, como a agricultura, nutre-se dos vales e não dos cumes, da altitude média social e não das eminências. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 51)

Vivia-se naquele tempo uma era de nivelamentos, sejam de fortunas, de classes sociais ou dos sexos. Assim, nivelar-se-iam também os continentes.

O fato justificador do império das massas e da elevação de nível seria o de que o mundo cresceu, de repente, e a vida com ele e nele.

A vida mundializou-se efetivamente; quero dizer que o conteúdo da vida no homem de tipo médio é hoje todo o planeta; que cada indivíduo vive habitualmente todo o mundo. (...) Cada pedaço de terra não está já recluso em seu lugar geométrico, mas para muitos efeitos vitais, atua nos demais pontos do planeta. Segundo o princípio físico de que as coisas estão ali onde atuam, reconheceremos hoje a qualquer ponto do globo a mais efetiva ubiquidade. Esta proximidade do longínquo, esta presença do ausente, aumentou em proporção

fabulosa o horizonte de cada vida. E o mundo cresceu também temporalmente. A pré-história e a arqueologia descobriram âmbitos históricos de longitude quimérica. Civilizações inteiras e impérios dos quais nem o nome se suspeitava, foram anexados a nossa memória como novos continentes. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 60)

A vida do homem teria, portanto, crescido na dimensão da potencialidade. Haveria um mundo extremamente extenso de possibilidades, sejam científicas, sejam prazeres mundanos, sejam expectativas: o mundo tornou-se pequeno e o homem tornou-se grande.

Esse mundo novo e ao alcance das mãos daria ao homem uma “fabulosa prepotência”. Consoante indicado por Ortega, homem (citando uma frase do Regente da infância de Luiz XV) “que tinha todos os talentos, menos o talento para usar deles”. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 64)

(...) nossa vida, como repertório de possibilidades, é magnífica, exuberante, superior a todas as historicamente conhecidas. Mas assim como seu formato é maior, transbordou todos os caminhos, princípios, normas e ideais legados pela tradição. É mais vida que todas as vidas, e por isso mesmo mais problemática. Não pode orientar-se no pretérito. Tem de inventar seu próprio destino. (...) Viver é sentir-se fatalmente forçado a exercitar a liberdade, a decidir o que vamos ser neste mundo. Nem um só instante se deixa descansar nossa atividade de decisão. Inclusive quando desesperados nos abandonamos ao que queira vir, decidimos não decidir. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 66)

Seria, portanto, falso afirmar as circunstâncias seriam corolário da vida, mas elas seriam sempre o novo dilema a ser superado pelo caráter humano. A partir de um horizonte de possibilidades, a sociedade optaria pelo melhor caminho. Todavia, faltando à sociedade um caráter preestabelecido, como haveria de escolher o modo efetivo de existência coletiva se no tempo dominaria o homem-massa?

Voltando a falar de democracia, diz Ortega y Gasset:

Não se diga que isto era o que acontecia já na época da democracia, do sufrágio universal. No sufrágio universal não decidem as massas, senão que seu papel consistiu em aderir à decisão de uma ou outra minoria. Estas apresentavam seus "programas" — excelente vocábulo. Os programas eram, com efeito, programas de vida coletiva. Neles convidava-se a massa a aceitar um projeto de decisão. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 67)

Passemos agora a uma análise mais profunda do homem-massa. Para isso, tomaremos emprestado de Ortega y Gasset um dos subtítulos de sua obra: dissecando o homem-massa.

2.3 Dissecando o Homem-Massa

José Ortega y Gasset propõe o que chama de dissecação do homem-massa, momento em que ele parte em busca de uma construção capaz de identificar características comuns aos homens que os torna uma massa.

Conforme acredita, há um fato extremamente importante (para o bem ou para o mal) na vida europeia (lembremos que o autor faz uma análise da Europa pós-século XIX, início do Século XX): o “advento das massas ao pleno poderio social” e, segundo ele, “as massas, por definição, não devem nem podem dirigir sua própria existência, e menos reger a sociedade” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41), cenário interpretado como a maior e mais grave crise vivida pela Europa a chamada “Rebelião das Massas”, nome que dá título à sua obra.

É perceptível nos leitores atuais de Ortega y Gasset (aqueles que o veem como um símbolo da direita, da necessidade de um estado menos inchado, de maior liberdade nas relações e menor controle por parte do Estado) a busca por um viés totalmente político de seu discurso, o que ele busca desconstruir. Assim, ao iniciar o enfrentamento do Homem-Massa, propõe-se a afastar os significados exclusivos ou primariamente políticos às palavras “rebelião”, “massas” e “poderio social”, como vimos anteriormente.

Para ele, “a vida pública não é só política, mas, ao mesmo tempo e ainda antes, intelectual, moral, econômica, religiosa; compreende todos os usos coletivos e inclui o modo de vestir e o modo de gozar”. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41)

Mas, o que seria então este homem-massa? Ortega y Gasset parte então para uma “dissecação” deste homem que dominava a vida pública (política e não-política), buscando como ele haveria se produzido.

O homem que agora tenta pôr-se à frente da existência europeia é muito diferente daquele que dirigiu o século XIX, mas foi produzido e preparado no século XIX. Qualquer mente perspicaz de 1820, de 1850, 1880, pode, por um simples raciocínio a priori, prever a

gravidade da situação histórica atual. E, com efeito, nada novo acontece que não tenha sido previsto há cem anos. "As massas avançam!" dizia, apocalíptico, Hegel. "Sem um novo poder espiritual, nossa época, que é uma época revolucionária, produzirá uma catástrofe", anunciava Augusto Cocote. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 71)

Por ter sido profetizada por inúmeras vezes, a história é, na visão de Ortega, previsível. O historiador seria, portanto, um "profeta pelo avesso", já que o porvir oferece sempre um flanco à profecia, que permite ao menos antecipar a sua estrutura geral. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 71)

Que aspecto oferece a vida desse homem multitudinário, que com progressiva abundância vai engendrando o século XIX? Desde já, um aspecto de onímodo facilidade material. Nunca pode o homem médio resolver com tanta folga seu problema econômico. Enquanto em proporção diminuía as grandes fortunas e se tornava mais dura a existência do operário industrial, o homem médio de qualquer classe social encontrava cada dia mais franco seu horizonte econômico. Cada dia ajuntava um novo luxo ao repertório de seu standard vital. Cada dia sua posição era mais segura e mais independente do arbítrio alheio. O que antes se houvera considerado comum benefício da sorte que inspirava humilde gratidão ao destino, converteu-se num direito que não se agradece, mas que se exige. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 71)

Essa série de confortos proporcionados pelo avanço da humanidade em direção ao futuro criara então um tipo de homem senhor do seu destino e "íngrato" em relação aos benefícios que foram concedidos pela minoria dominante (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 72):

A esta facilidade e segurança econômica ajuntam-se as físicas: o conforto e a ordem pública. A vida marcha sobre cômodos carris, e não há verossimilitude de que intervenha nela nada violento e perigoso. Tal imagem limita-se a incutir nas almas médias uma impressão vital, que podia expressar-se com a perífrase, tão graciosa e aguda, de nosso velho povo: "ampla é Castela". Quer dizer que em todas essas ordens elementares e decisivas a vida se apresentou ao homem novo isenta de impedimentos. A compreensão deste fato e sua importância surgem automaticamente quando se recorda que essa franquia vital faltou por completo aos homens vulgares do passado. Foi, pelo contrário, para eles a vida um destino angustiante — no econômico e no físico. Sentiram o viver a nativitate como um cúmulo de impedimentos que era forçoso suportar, sem que coubera outra solução que não fosse adaptar-se a eles, alojar-se na estreiteza que deixavam. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 72)

Com a eliminação das barreiras sociais ao homem médio, diante da inexistência de castas e estados na vida pública e de alguém civilmente privilegiado haveria uma força que o impeliria para frente, sempre em frente, em busca de todos os direitos dos quais acreditava ser possuidor. Nada poderia conter sua vida, já que todos são iguais perante a lei.

A inovação radical do destino do homem, implantada ainda no século XIX, dava a ele um novo cenário de existência, tanto no físico como no social, baseado em três princípios:

(...) a democracia liberal, a experimentação científica e o industrialismo. Os dois últimos podem resumir-se num: a técnica. Nenhum desses princípios foi inventado pelo século XIX, mas procedem das duas centúrias anteriores. A honra do século XIX não estriba em sua invenção, mas em sua implantação. Ninguém desconhece isso. Mas não basta com o reconhecimento abstrato, e assim é preciso compreender perfeitamente suas inexoráveis consequências. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 72).

O século XIX deu ao homem médio uma condição de vida jamais vista nos séculos anteriores, deu a ele a condição de não temer o dia de amanhã, como temeram tantos outros homens.

Tornou-se então um homem totalmente diferente de seus predecessores, um homem à parte da história humana. Mudou-se o conceito de vida (ou de viver) que antes era a ideia de limitação, de obrigação, de dependência, sobreviver diante da pressão (ou opressão) da realidade (política, social ou cósmica). A cósmica servia não só a esse homem, mas a todos os outros, inclusive aos ricos e poderosos, “o mundo era um âmbito de pobreza, dificuldade e perigo.” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 73).

Pois acontece — e isto é muito importante — que esse mundo do século XIX e começos do XX não tem apenas as perfeições e amplitudes que de fato possui, mas que além disso sugere a seus habitantes uma segurança radical em que amanhã será ainda mais rico, mas perfeito e mais amplo, como se gozasse de um espontâneo e inesgotável crescimento. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 73).

Para Ortega, esse homem nascido das facilidades providas pelos séculos XIX e XX passa a crer, portanto, que esse “mundo perfeito” foi produzido pela natureza e não pelo esforço contínuo dos gênios que o antecederam. Tão menos consegue admitir que o avanço e a melhora dessas facilidades são ainda as construídas pelo

sacrifício de homens virtuosos. Nesse prisma, o pensador aponta então dois traços do homem-massa (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 73):

(...) a livre expansão de seus desejos vitais, portanto, de sua pessoa, e a radical ingratidão a tudo quanto tornou possível a facilidade de sua existência. Um e outro traço compõem a conhecida psicologia da criança mimada. E, com efeito, não erraria quem utilizasse esta como uma quadrícula para olhar através dela a alma das massas atuais. Herdeiro de um passado extensíssimo e genial — genial de inspirações e de esforços —, o novo vulgo tem sido mimado pelo mundo circunstante. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 74).

Ao evitar qualquer choque com outros seres, o homem-massa acaba por crer que somente ele existe e se acostuma a não contar com os demais, tão menos a ver acima dele um homem superior. Como não há ninguém que vá de encontro aos seus desejos, negando-os, retirando dele a possibilidade da realização completa e perfeita a seu prazer, a reduzir-se, a contentar-se, ao velho jargão que diz que o direito de um começa quando o do outro termina, ou que acima do eu há outro, superior, deu a ele a impressão de ser um em si mesmo, perfeito e acabado. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 74).

Ao homem médio de outras épocas ensinava-lhe cotidianamente seu mundo esta elemental sabedoria, porque era um mundo tão toscamente organizado, que as catástrofes eram frequentes e não havia nele nada seguro, abundante nem estável. Mas as novas massas encontram uma paisagem cheia de possibilidades e além disso segura, e tudo isso presto, a sua disposição, sem depender de seu prévio esforço, como achamos o sol no alto sem que nós o tenhamos subido ao ombro. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 74).

José Ortega apresenta sua tese:

(...) a própria perfeição com que o século XIX deu uma organização a certas ordens da vida, é origem de que as massas beneficiárias não a considerem como organização, mas como natureza. Assim se explica e define o absurdo estado de ânimo que essas massas revelam: não lhes preocupa mais que seu bem-estar e ao mesmo tempo são insolidárias das causas desse bem-estar. Como não vêem nas vantagens da civilização um invento e construção prodigiosos, que só com grandes esforços e cautelas se pode sustentar, crêem que seu papel se reduz a exigí-las peremptoriamente, como se fossem direitos nativos. Nos motins que a escassez provoca costumam as massas populares buscar pão, e o meio que empregam costuma ser destruir as padarias. Isto pode servir como símbolo do comportamento que em

mais vastas e sutis proporções usam as massas atuais ante a civilização que as nutre. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 74).

O homem seria a imagem do convite feito pelo mundo, e em suas almas seriam impressos os contornos por um molde das feições fundamentais. O semblante geral apresentado será o da vida daquele homem. O homem-massa surgiu, portanto, num mundo diferente dos anteriores, apresentado como possibilidades, possibilidades infinitas.

E se a impressão tradicional dizia: "Viver é sentir-se limitado e, por isso mesmo, ter de contar com o que nos limita", a voz novíssima grita: "Viver é não encontrar limitação alguma; portanto, abandonar-se tranquilamente a si mesmo. Praticamente nada é impossível, nada é perigoso e, em princípio, ninguém é superior a ninguém". (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 76).

Tal nova condição fizera com que o homem-massa se tornasse a figura apresentada por Ortega y Gasset, pois, da vida que antes só se esperava as agruras e a dureza, a limitação, a ascensão social era um golpe de sorte. Vários escritores usaram na história esse argumento para elaborar seus contos, o plebeu que, tomado pelo acaso, conhecia uma princesa e se tornava rei; a plebeia que deixara um sapatinho de cristal numa escada ao correr para não sucumbir à dura realidade de que estava com uma roupa feita por uma fada-madrinha que se tornaria farrapos após a meia-noite.

Era a sorte que ditava a mudança de vida. Quando não a sorte, o esforço hercúleo nunca esquecido. As noites mal dormidas, o incansável ir-e-vir da carroça com mercadorias plantadas e colhidas a duras penas. O comerciante que encontrara no rei um apaixonado por suas maçãs (plantadas por tantas e tantas gerações, impossibilitando rememorar o primeiro pé). A roupa feita por aquele que aprendera o ofício com um nobre e despontava como moda em alguma estação, reino, cidade ou país. A todos esses homens, anteriores ao século XIX, uma única verdade: viver era nada mais nada menos que sobreviver, respeitando os nobres acima dele.

A nova massa, contudo, segundo Ortega y Gasset:

(...) encontra a plena franquia vital como estado nativo e estabelecido, sem causa especial nenhuma. Nada de fora a incita a reconhecer nela própria limites e, portanto, a contar em todo momento com outras instâncias, sobretudo com instâncias superiores. O labrego chinês

acreditava, até há pouco, que o bem-estar de sua vida dependia das virtudes privadas que possuísse o seu Imperador. Portanto, sua vida era constantemente regulada por esta instância suprema de que dependia. Mas o homem que analisamos habitua-se a não apelar de si mesmo a nenhuma instância fora dele. Está satisfeito tal como é. Ingenuamente, sem necessidade de ser vão, como a coisa mais natural do mundo, tenderá a afirmar e considerar bom tudo quanto em si acha; opiniões, apetites, preferências ou gostos. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 76).

Não haveria no mundo quem forçasse o homem-massa a compreender que ele é, para Ortega, um homem de segunda classe, limitado, incapaz de criar ou de conservar uma organização que permita a ele se achar tão especial (ou achar que não há outros mais especiais do que ele).

O homem seletivo ou o excelente, para Ortega y Gasset, seria aquele muito exigente consigo mesmo, e com a necessidade de apelar a uma norma que o ultrapassa e que dela livremente se põe a serviço. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 77).

Lembre-se de que, no início, distinguíamos o homem excelente do homem vulgar dizendo: que aquele é o que exige muito de si mesmo, e este, o que não exige nada, apenas contenta-se com o que é e está encantado consigo mesmo. Contra o que costuma crer-se, é a criatura de seleção, e não a massa, quem vive em essencial servidão. Sua vida não lhe apraz se não a faz consistir em serviço a algo transcendente. Por isso não estima a necessidade de servir como uma opressão. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 77)

O nobre seria fruto da busca incessante pelas obrigações e não pelos direitos. Seus privilégios não seriam concessões ou favores, mas conquistas e, “em princípio, supõe sua conservação que o privilegiado seria capaz de reconquistá-las em todo instante, se fosse necessário e alguém se lho disputasse.” Os direitos privados ou os privilégios da casta nobre não seriam posse passiva, mas o perfil no qual chega o esforço de cada pessoa.

Nesse trecho de sua obra, parece que Ortega y Gasset se confunde em seu próprio argumento, qual seja, o de que o homem-massa e o excelente são dois diferentes, porém um não alcançaria o outro. Lembremos que, para ele, é possível que o homem-massa deixe de sê-lo, mas para isso precisa passar a exigir mais de si e não se considerar dono da sorte e do mundo que lhe foram apresentados. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 77).

Continua o autor a defender a tese que os privilégios dados a minoria são conquistas e não benefícios.

É irritante a degeneração sofrida no vocabulário usual por uma palavra tão inspiradora como 'nobreza". Porque ao significar para muitos "nobreza de sangue" hereditária, converte-se em algo parecido aos direitos comuns, numa qualidade estática e passiva, que se recebe e transmite como uma coisa inerte. Mas o sentido próprio, o étimo do vocábulo "nobreza" é essencialmente dinâmico. Nobre significa o "conhecido", entende-se o conhecido de todo o mundo, o famoso, que se deu a conhecer sobressaindo sobre a massa anônima. Implica um esforço insólito que motivou a fama. Nobre, pois, equivale a esforçado ou excelente. A nobreza ou fama do filho já é puro benefício. O filho é conhecido porque seu pai conseguiu ser famoso. É conhecido por reflexo, e, com efeito, a nobreza hereditária tem um caráter indireto, é luz espelhada, é nobreza lunar como feita com mortos. Só fica nela de vivo, autêntico, dinâmico, a incitação que produz no descendente a manter o nível de esforço que o antepassado alcançou. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 78)

Consoante entende, nobreza seria "sinônimo de vida esforçada, posta sempre a superar-se a si mesma, a transcender do que já é para o que se propõe como dever e exigência." (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 78)

Diz Ortega y Gasset, ao tentar sintetizar o que discutimos até agora:

(...) o mundo organizado pelo século XIX, ao produzir automaticamente um homem novo, intrometeu nele formidáveis apetites, poderosos meios de toda ordem para satisfazê-los — econômico, corporais (higiene, saúde média superior à de todos os tempos), civis e técnicos (entendo por estes a enormidade de conhecimentos parciais e de eficiência prática que hoje o homem médio possui e de que sempre careceu no passado). Depois de haver estabelecido nele todas estas potências, o século XIX o abandonou a si mesmo, e então, seguindo o homem médio sua índole natural, fechou-se dentro de si. Desta sorte, encontramos-nos com uma massa mais forte que a de nenhuma época, mas, a diferença da tradicional, hermética em si mesma, incapaz de atender a nada nem a ninguém, acreditando que se basta — em suma: indócil. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 79)

Finalizada a busca pelo conceito do homem-massa em Ortega y Gasset passemos à análise, ainda em sua obra, da atuação da massa.

3 AS TENSÕES ENTRE O HOMEM-MASSA E A DEMOCRACIA EM JOSÉ ORTEGA Y GASSET

Eis que chega, finalmente, o momento de enfrentar o tema desta dissertação.

Para chegar até aqui, foi preciso um longo caminho filosófico, político e jurídico, discutimos no primeiro capítulo o que era, afinal, a tal democracia (onde nasceu, por que nasceu e para onde ia), qual a diferença entre a chamada democracia direta e a indireta (nos ocupando de evitar o discurso simplista que afirma que em uma o poder é exercido por todos e na outra por meio de representantes eleitos), e, ousamos abrir um parênteses para tratar de um assunto chamado: A Teoria Política das Elites (lá vimos que a democracia passou a ser melhor aceita pela elite, quando deixou de ser um ideal de “governo de todos para todos” e passou a ser vista como uma forma de eleger “os melhores” para exercer o poder em nome dos demais, algo que lembrava, em muito, a oligarquia, o sistema preferido das elites).

Tal caminho, não à toa, fez-nos entender que, para que haja uma tensão entre o conceito de homem-massa e o conceito de democracia, mesmo em Ortega y Gasset, se faz necessário entender se essa democracia comporta ou não o homem-massa enquanto povo, e, se a tal democracia é mesmo o que seu nome representa ou se temos um nome diferente para a antiga oligarquia, ou seja, a manutenção da elite no poder.

Falamos ainda do Homem-Massa, ora, se ele é o objeto de estudo dessa dissertação precisávamos entender o que Ortega y Gasset tomava por esse conceito. Antes disso era preciso entender o homem por trás da obra, quem era José Ortega y Gasset, parafraseando-o, o homem e sua circunstância. Falamos então da rebelião das massas aventada pelo autor e, usando um termo cunhado na própria obra, dissecamos junto ao autor o homem-massa.

Sem mais demora, enfrentemos o tema, neste capítulo falaremos sobre a intervenção e violência das massas, o Estado como perigo (segundo Ortega) e, por fim, as tensões entre o homem-massa e a democracia, usando novamente uma frase cunhada na própria obra: quem manda no mundo?

3.1 A Intervenção e a Violência das Massas

Em continuidade no esclarecimento sobre a teoria acerca do Homem-massa, Ortega y Gasset passa a discorrer sobre a intervenção e a violência das massas como fruto de uma rebeldia que, ao seu sentir, são consequências da abertura viabilizada ao homem medíocre, a qual fez com que a alma se fechasse a ele. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 81).

Na percepção desse pensador, muitos dos que leem sua obra discordam somente por acharem importante ter uma opinião e, especialmente, declará-la a todos os cantos do mundo, por terem direito de opinar sobre tudo. São, na terminologia de Ortega, a massa rebelde, leitores que não pensaram cinco minutos antes de devolverem toda a sua ira sobre o que não conhecem. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 81).

Atualmente, poderíamos com facilidade nomear de homem-massa aqueles que destilam todo o conhecimento que pensam ter na internet. Comentam de política à medicina, de avanços na física a algum esporte novo que vem ganhando atenção. Todos eles senhores de si mesmos, donos de uma verdade tão grande que são incapazes de ouvir estudos que compravam que suas opiniões estão equivocadas. Há neles um ar de que sabem tudo e os demais, como idiotas, nada sabem, mas, ainda assim, necessitam que alguém concorde com eles, um desejo que o faz agressivo na tentativa de ser persuasivo, mas como desconhece a diferença dos conceitos, acha que ambos são a mesma coisa.

Não esqueçamos que estamos trabalhando o homem-massa na obra de Ortega, e ele chamou por esse nome os habitantes da terra na virada do século XIX para o Século XX, mas, facilmente, podemos encaixar o conceito nos dias atuais.

Como visto, Ortega se considera parte dos homens excelentes, enquanto seus leitores, homem-massa.

O homem-massa sente-se perfeito. Um homem de seleção, para sentir-se perfeito, necessita ser especialmente vaidoso, e a crença na sua perfeição não está substancialmente unida a ele, não é ingênua, mas chega-lhe de sua vaidade e ainda para ele mesmo tem um caráter fictício, imaginário e problemático. Por isso o vaidoso necessita dos demais, busca neles a confirmação da ideia que quer ter de si mesmo. De sorte que nem ainda neste caso mórbido nem ainda "cegado" pela vaidade, consegue o homem nobre sentir-se em verdade completo. Contrariamente ao homem medíocre de nossos dias, ao novo Adão, não se lhe ocorre duvidar de sua própria plenitude. Sua confiança em si é, como de Adão, paradisíaca. (ORTEGA Y GASSSET, 2013 ,p.81)

Não tem a capacidade esse homem-massa de se comparar a outros seres. O fato de se comparar seria “sair um pouco de si mesmo e trasladar-se ao próximo”. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 81). Mas, para Ortega, este esporte supremo não é possível às almas medíocres.

Perceber-se como parte de um todo não faz parte do seu vocabulário. Imaginar-se igual, limitado, carente do próximo, lhe é tão estranho quanto o fato de não se admitir senhor de tudo. Sócrates continuaria sendo aqui o homem mais sábio do mundo, uma aberração moderna que seria capaz de admitir que não sabe de nada. No século XXI seguiria sendo o mais sábio. E sabe-se lá até quando.

Ortega propõe outra comparação para pontuar seu “homem-massa”: o homem tolo e o perspicaz (deixando claro não se tratar o homem-massa de um tolo, já que este agora seria mais esperto do que em outras gerações).

Encontramo-nos, pois, com a mesma diferença que eternamente existe entre o tolo e o perspicaz. Este surpreende-se a si mesmo sempre a dois passos de ser tolo; por isso faz um esforço para escapar à iminente tolice, e nesse esforço consiste a inteligência. O tolo, ao contrário, não suspeita de si mesmo: julga-se discretíssimo, e daí a invejável tranquilidade com que o néscio se assenta e instala em sua inépcia. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.82).

O tolo não poderia ser retirado de sua tolice, e nela habitaria por toda vida, sem aceitar ser retirado, para que visse o mundo sob os olhos do perspicaz, do sábio, e, depois, cotejar com suas “verdades” e, assim, tornar-se melhor. Uma clara analogia à Caverna de Platão. A tolice seria uma característica vitalícia e inquebrantável. O tolo seria mais perigoso que o malvado, pois, esse último descansa, o primeiro nunca. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 82).

Não sendo o homem-massa tolo nesta acepção seria ele então digno de ver o mundo com olhos mais atentos? Para Ortega não “(...) essa capacidade não lhe serve de nada; a rigor, a vaga sensação de possuí-la apenas lhe serve para fechar-se mais em si mesmo e não usá-la” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 82). Cheio de premissas falsas, vocábulos ociosos, o homem-massa dispara suas verdades com uma audácia que somente poderia ser explicada pela ingenuidade.

Isto é o que no primeiro capítulo enunciava eu como característico em nossa época: não que o vulgar creia que é destacado e não vulgar,

mas que o vulgar proclame e imponha o direito da vulgaridade, ou a vulgaridade como um direito. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.82)

A vulgaridade intelectual, termo utilizado por Ortega y Gasset, seria o fato mais novo da presente situação por ele narrada. O fato de que o homem-massa além de ocupar os locais antes restritos à elite pensante, agora dá-se o direito de ter “ideias” sobre tudo. Antes vivendo baseado em “crenças, tradições, experiências, provérbios, hábitos mentais” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 82) partiu a dar-se o luxo de teorizar sobre como as coisas devem ou não devem ser, da política à literatura. A massa que antes servia como apoio a um político ou a uma ideia, passou a ter suas próprias ideias do que é bom ou ruim para ele. Perdeu a consciência de suas limitações e passou a acreditar que ele era capaz de falar sobre os destinos das nações.

Hoje (...) o homem médio tem as "ideias" mais taxativas sobre quanto acontece e deve acontecer no universo. Por isso perdeu o uso da audição. Para que ouvir, se já tem dentro de si o que necessita? Já não é época de ouvir, mas, pelo contrário, de julgar, de sentenciar, de decidir. Não há questão de vida pública em que não intervenha, cego e surdo como é, impondo suas "opiniões". (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.83)

O autor se pergunta se isso então não seria uma vantagem. Ora, se as massas passam a pensar, a ter ideias, isso significaria, conseqüentemente, terem se tornado cultas? E responde:

De maneira alguma. As "ideias" deste homem médio não são autenticamente ideias, nem sua posse é cultura. A ideia é um xeque-mate à verdade. Quem queira ter ideias necessita antes dispor-se a querer a verdade e aceitar as regras do jogo que ela imponha. Não vale falar de ideias ou opiniões onde não se admite uma instância que a regula, uma série de normas às quais na discussão cabe apelar. Estas normas são os princípios da cultura. Não me importa quais são. O que digo é que não há cultura onde não há normas. A que nossos próximos possam recorrer. Não há cultura onde não há princípios de legalidade civil a que apelar. Não há cultura onde não há acatamento de certas últimas posições intelectuais a que referir-se na disputa. Não há cultura quando as relações econômicas não são presididas por um regime de tráfico sob o qual possam amparar-se. Não há cultura onde as polêmicas estéticas não reconhecem a necessidade de justificar a obra de arte. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.83)

A falta da cultura (justificativa da falta de todas essas coisas apresentadas pelo autor) levaria a sociedade à barbárie. Um país onde as massas regem o

pensamento com base em suas próprias convicções, com o “é assim que penso”, “mas é isso que eu acho” e “não me fale sua opinião pois sei que são as minhas as corretas” se tornaria um país sem regras básicas de sustentação de suas verdades. Destarte, a barbárie seria a ausência de norma e de possível apelação.

Passa o autor a discorrer sobre algumas “coisas esquisitas” sobrevindas na Europa:

Para dar algum exemplo concreto destas coisas esquisitas mencionarei certos movimentos políticos, como o sindicalismo e o fascismo. Não se diga que parecem esquisitos simplesmente porque são novos. O entusiasmo pela inovação é de tal modo ingênito no europeu, que o levou a produzir a história mais inquieta de quantas se conhecem. Não se atribua, pois, o que estes novos fatos têm de esquisito ao que têm de novo, mas à estranhíssima bitola destas novidades. Sob as espécies de sindicalismo e fascismo aparece pela primeira vez na Europa um tipo de homem que não quer dar razões nem quer ter razão, mas que, simplesmente, se mostra resolvido a impor suas opiniões. Eis aqui o novo: o direito a não ter razão, a razão da sem-razão. Eu vejo nisso a manifestação mais palpável do novo modo de ser das massas, por haverem resolvido dirigir a sociedade sem ter capacidade para isso. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.84)

E continua:

Em sua conduta política revela-se a estrutura da alma nova da maneira mais crua e contundente, mas a chave está no hermetismo intelectual. O homem médio encontra-se com "ideais" dentro de si, mas carece da função de idear. Nem sequer suspeita qual é o elemento sutilíssimo em que as ideias vivem. Quer opinar, mas não quer aceitar as condições e supostos de todo opinar. Daqui que suas "ideias" não sejam efetivamente senão apetites ou palavras, como as romanças musicais. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.84).

O homem-massa não tem capacidade de discutir, porquanto se sentiria perdido, e, por instinto, repudiaria a obrigação de acatar uma instância suprema que diz que, ao entrar em uma discussão, há de se respeitar o diálogo como forma superior de convivência para a discussão das ideias. Assim, para Ortega, tornou-se comum na Europa a busca pelo fim das discussões, fossem elas em qualquer área, porque se a convivência não se desse sob a égide das normas da cultura, tornar-se-ia bárbara. Bastaria suprimir todas os trâmites e impor o que se acreditava como verdade.

O hermetismo da alma, que, como vimos antes, propele a massa para que intervenha em toda a vida pública, leva-a também,

inexoravelmente, a um procedimento único de intervenção: a ação direta. Perpetuamente o homem tem recorrido à violência: às vezes este recurso era simplesmente um crime, e não nos interessa. Em outras era a violência o meio a que recorria a quem havia esgotado todos os demais para defender a razão e a justiça que cria ter. Será muito lamentável que a condição humana leve volta e meia a esta forma de violência, mas é inegável que ela significa a maior homenagem à razão e à justiça. Tal violência não é outra coisa senão a razão exasperada. A força era, com efeito, a *ultima ratio*. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.84).

O homem-massa subverte a fórmula de se deixar a violência como *ultima ratio* (razão última) e passa a tê-la como *prima ratio* (razão primeira), “a rigor, como única razão é ela a norma que propõe a anulação de toda norma, que suprime tudo que medeia entre nosso propósito e sua imposição. É a Charta magna da barbárie”. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 85)

O fato de se adotar a violência como resolução do conflito (ou manutenção de ideias) afeta diretamente a civilização, a qual torna possível a cidade, a comunidade e a convivência, e pressupõe que cada um possa contar com os demais. A civilização é a tendência à convivência; a barbárie à dissociação.

A forma que na política representou a mais alta vontade de convivência é a democracia liberal. Ela leva ao extremo a resolução de contar com o próximo e é protótipo da "ação indireta". O liberalismo é o princípio de direito político segundo o qual o Poder público, não obstante ser onipotente, limita-se a si mesmo e procura, ainda à sua custa, deixar espaço no Estado que ele impera para que possam viver os que nem pensam nem sentem como ele, quer dizer, como os mais fortes, como a maioria. O liberalismo — convém hoje recordar isto — é a suprema generosidade: é o direito que a maioria outorga à minoria e é, portanto, o mais nobre grito que soou no planeta. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.86)

A democracia e o liberalismo proclamam a decisão de viver em sociedade, que, além disso, é a decisão de viver com o inimigo (mais ainda, com o inimigo débil). Segundo Ortega, era “inverossímil que a espécie humana houvesse chegado a uma coisa tão bonita, tão paradoxal, tão elegante, tão acrobática, tão antinatural. Por isso, não deve surpreender que tão rapidamente pareça essa mesma espécie decidida a abandoná-la”. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 86).

Conviver com o inimigo! Governar com a oposição! Não começa a ser já incompreensível semelhante ternura? Nada acusa com maior clareza a fisionomia do presente como o fato de que vão sendo tão

poucos os países onde existe a oposição. Em quase todos, uma massa homogênea pesa sobre o Poder público e esmaga, aniquila todo o grupo opositor. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.86)

A massa só quer conviver com ela, se não é ela, passa ao ódio.

Com o avanço de sua obra Ortega y Gasset passa a pensar o homem-massa como um ser dúbio, que tanto pode ser visto negativamente, como positivamente, assim a rebelião das massas pode “ser trânsito de uma nova e sem par organização da humanidade, mas também pode ser uma catástrofe no destino humano”. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p. 87)

Não há razão para negar a realidade do progresso, mas é preciso corrigir a noção que crê seguro este progresso. Mais congruente com os fatos é pensar que não há nenhum progresso seguro, nenhuma evolução, sem a ameaça de involução e retrocesso. Tudo, tudo é possível na história — tanto o progresso triunfal e indefinido como a periódica regressão. Porque a vida, individual ou coletiva, pessoal ou histórica, é a única entidade do universo cuja substância é perigo. Compõem-se de peripécias. É, rigorosamente falando, drama. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.87)

Ainda sobre viver em sociedade, Ortega y Gasset cita a selva, onde se pode, impunemente, ser selvagem ou não, decisão que pode perdurar por si própria. Diferentemente, há a sociedade que não pode autossustentar-se, precisa do artista, do artesão etc. Assim, caso se queira desfrutar dos benefícios da sociedade, é necessário antes sustentá-la: um breve descuido e nos veremos todos novamente na selva.

O homem-massa crê que a civilização em que nasceu e que usa é tão espontânea e primigênia como a Natureza, e *ipso facto* converte-se em primitivo. (...) Os princípios em que se apoia o mundo civilizado — o que é preciso sustentar — não existem para o homem médio atual. Não lhe interessam os valores fundamentais da cultura, e não se faz solidário deles. Não está disposto a pôr-se a seu serviço. Como aconteceu isto? Por muitas causas; mas agora vou destacar apenas uma. A civilização, quanto mais avança, torna-se tanto mais complexa e mais difícil. (...) Cada vez é menor o número de pessoas cuja mente está à altura desses problemas. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.87)

A vida seria cada dia melhor, contudo, também mais complicada. E o homem-massa, por não se emparelhar com o progresso da civilização, fracassa. Cada vez mais ousam discutir temas políticos e sociais, sem ter base cultural e sócio-política

para isto, tornam-se toscos labregos “que com dedos grossos e desajeitados querem colher uma agulha que esta sobre a mesa” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 95).

O novo fato social que aqui se analisa é este: a história europeia parece, pela primeira vez, entregue à decisão do homem vulgar como tal. Ou dito em voz ativa: o homem vulgar, antes dirigido, resolveu governar o mundo. Esta resolução de avançar para o primeiro plano social produziu-se nele, automaticamente, mal chegou a amadurecer o novo tipo de homem que ele representa. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p.99)

Percebe-se novamente que o autor se incomoda com o fato de que a maioria, antes fadada ao não-comando, passe a comandar. Para o autor o homem-massa tem duas características psicológicas bem definidas: “primeiro, uma impressão nativa e radical de que a vida é fácil, abastada, sem limitações trágicas; portanto, cada indivíduo médio encontra em si uma sensação de domínio e triunfo” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 99) e “segundo, o convida a afirmar-se a si mesmo tal qual é, a considerar bom e completo seu haver moral e intelectual” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 99).

O viver dentro de si mesmo faz com que o homem-massa não se abra a qualquer instância superior, não discuta ideias e não debata opiniões. Ele se basta. E, dessa forma, suas opiniões são leis e estão sempre corretas, por isso, busca se colocar acima dos demais. Se acha um grupo que pense da mesma forma que ele, sem que as ideias sejam debatidas, percebe que só há eles no mundo. Não porque aceita o diferente, pois o diferente está errado.

Ortega y Gasset diz que seria normal que o homem nascido de um mundo melhor, seria de se esperar, melhor. Contudo, para ele, o luxo produz certas deformações na humanidade, cria um ser capaz de perceber as superabundâncias do mundo sem perceber suas angustias. Tem em suas mãos uma medicina avançada, um Estado provedor além de direitos, direitos e mais direitos. Ignora a dificuldade no avançar da medicina, a dificuldade em se manter um Estado (que é volúvel, caro e instável) e não sente sobre si peso algum das obrigações advindas disto. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 100)

Por não se perceber parte perde o contato com a vida, o que gera o perigo que Ortega chama de “mocinho satisfeito”¹⁶, aquele que esta na vida com um único objetivo: fazer dela o que bem entende. Quando ele se faz presente é preciso intervir dizendo a todos que a vida se acha ameaçada, que ela esta por fim. (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 100)

O mocinho satisfeito (termo cunhado por Ortega) seria o arquétipo homem-massa, criança mimada, que, apronta suas travessuras em casa e não é punido pela família. No mundo atua sob a certeza da impunidade (não penal, social). Por não haver instâncias superiores (os pais da criança mimada), sabe que está certo, nada o obriga a olhar fundo em sua alma e perceber-se demasiadamente fraco e carente de uma sociedade.

3.2 O Estado como Perigo

A massa, para Ortega y Gasset, tem um sentido no mundo. Ela veio a ele, o mundo, para ser dirigida e não dirigir. Pode até almejar deixar de ser massa, mas, deve ser conduzida a isto, nunca por si. Necessita de uma instância superior constituída pelas minorias excelentes (aqueles que, sem eles, a humanidade não existiria no que tem de essencial).

José Maurício de Carvalho diz que:

Em *La rebelión de las masas*, a crise da Espanha ganha os contornos de crise da Europa. Tornou-se claro para o filósofo que a europeização da Espanha apregoada nos artigos do começo da vida era uma proposta insuficiente para resolver os problemas do país. E era insuficiente porque a crise que identificava na Espanha era mais ampla do que ele inicialmente acreditara, possuía raízes profundas no novo tipo de homem que surgia naquele momento histórico. (CARVALHO, 2014, p.3)

E continua:

Tratava-se de um homem que não se esforçava para ser melhor e nem para melhorar a sociedade, como se lê em *Vida e valores* na filosofia da razão vital de Ortega y Gasset: O problema moral da Europa é que

¹⁶ A forma mais contraditória da vida humana que pode aparecer na vida humana é o "mocinho satisfeito". (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 100)

ali se permitiu o desenvolvimento de sonhos que afastam as pessoas da vida concreta. Isto não é privilégio de nenhuma cultura, mas na europeia o resultado foi que o homem comum não mais se compromete moralmente com a mudança do mundo. Esta é, para Ortega y Gasset, a raiz dos problemas vividos pela sociedade europeia e que ele não cansa de criticar em A rebelião das massas (CARVALHO, 2014, p. 4)

José Maurício de Carvalho, no artigo de nome “A raiz neokantiana das meditações orteguianas sobre vida e cultura” lembra que, Ortega, no Livro “A rebelião das massas”, elabora uma crítica, tendo a ética como fundamento, ao propósito “corrente de utilizar a noção de democracia fora do âmbito institucional que lhe é adequado” (CARVALHO, 2014, p. 4). Assim Ortega que tinha a Espanha como objeto de trabalho principal, passa a usar a Europa como um todo como pano de fundo de sua teoria a respeito das massas.

Ortega relata um desejo e uma necessidade para a Europa naquele momento, diz:

No dia em que volte a imperar na Europa uma autêntica filosofia — única coisa que pode salvá-la —, compreender-se-á que o homem é, tenha ou não vontade disso, um ser constitutivamente forçado a procurar uma instância superior. Se consegue por si mesmo encontrá-la, é que é um homem excelente; senão, é que é um homem-massa e necessita recebê-la daquela. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.112)

Quando a massa busca “caminhar com suas próprias pernas”, diria o ditado popular, ela acaba lutando contra o seu destino que é ser conduzida, se há uma luta contra esse fim há portando uma rebelião: a rebelião das massas. A massa só tem uma forma de agir que é o linchamento (importante destacar que a América, berço da democracia e continente em ascensão no início do século XXI, viria, através dos Estados Unidos, se tornar uma grande potência mundial, seria, para ele, o paraíso das massas). O triunfo da massa pressupõe o triunfo da violência.

O maior perigo para a manutenção da sociedade onde a massa toma corpo e forma é, para Gasset, o Estado contemporâneo, Estado esse que até o final do século XVII era bem pequeno. Dele surge a burguesia com um talento prático: sabia “organizar, disciplinar, dar continuidade e articulação ao esforço” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.113). O Estado era nada ou pouco mais que nada “apenas tinha soldados, apenas tinha burocratas, apenas tinha dinheiro” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.113).

Como o Estado é uma técnica — de ordem pública e de administração —, o "antigo regime" chega aos fins do século XVIII com um Estado fraquíssimo, açoitado de todos os lados por uma ampla e revolta sociedade. A desproporção entre o poder do Estado e o poder social é tal nesse momento, que comparando a situação com a vigente em tempo de Carlos Magno, aparece o Estado do século XVIII como uma degeneração. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.114)

O desnível entre a força social e o poder público, para Ortega, gerou um sem número de revoluções e estas geraram a transferência do poder público à burguesia que aplicou a ele suas virtudes inegáveis, criando, em pouco mais de uma geração, um Estado poderoso capaz de acabar com as revoluções. Ao se nivelar o poder público com o poder social ainda que houvesse motivo para novas revoluções, não havia meios.

As revoluções foram transformadas em outro instituto, o Golpe de Estado, ainda que se queira dar ares revolucionários, toda análise resultará em um golpe de estado com máscara de revolução. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.114)

O Estado passou a ser então uma formidável máquina de prodigioso funcionamento e eficiência. Costurado em meio a sociedade suas engrenagens se ativam ao menor toque. E, de certo, é importante observar a relação do homem-massa com ele, diz Ortega.

O homem-massa admira o estado ao percebê-lo como um garantidor de sua vida, contudo, esquece ele que o estado é criação humana de certos homens e sustentado por certas virtudes, virtudes esta que, segundo Ortega, estão se perdendo. Outra questão é a ideia do anonimato do estado, ele, por certo, não tem uma identidade, é uma ficção, já o homem-massa também se entendendo como anônimo, acredita ser o Estado coisa sua, seu, devendo servi-lo. Assim, caso encontre um problema na vida pública, o homem-massa exigirá do Estado a resolução de tal problema. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.115)

Pensemos um exemplo: imaginemos que o homem sai à rua e percebe que há um carro impedindo que o seu automóvel seja retirado da garagem, ele, como ser humano médio, razoável, buscaria entender a razão, buscaria, mesmo em um curto espaço de tempo, localizar o dono do veículo pedindo que ele retirasse o carro parado em frente a sua vaga. O homem-massa sacaria o telefone, ligaria para o Estado, através da polícia, e solicitaria uma resolução rápida, um guincho, a prisão do homem

que trancou seu carro e uma pena dura para que outros não parassem lá, o Estado vira um servidor do homem.

Para Ortega essa exigência pela ação contínua do Estado na resolução dos problemas sociais é um ameaça a civilização, já que, ele passa a estatificar a vida e absorver toda “espontaneidade social (...) e histórica, que em definitivo sustenta, nutre e impele os destinos humanos” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.115). Não há por que avançar de encontro ao destino se pode simplesmente exigir que o maquinário do Estado se mova evitando esforço, luta e o medo do futuro, estes últimos, inerentes à espécie humana.

A massa diz a si mesma: "o Estado sou eu", o que é um perfeito erro. O Estado é a massa só no sentido em que se pode dizer de dois homens que são idênticos porque nenhum dos dois se chama João. Estado contemporâneo e massa coincidem só em ser anônimos. Mas o caso é que o homem-massa crê, com efeito, que ele é o Estado, e tenderá cada vez mais a fazê-lo funcionar a qualquer pretexto, a esmagar com ele toda minoria criadora que o perturbe — que o perturbe em qualquer ordem: em política, em ideias, em indústria. O resultado desta tendência será fatal. A espontaneidade social ficará violentada uma vez e outra pela intervenção do Estado; nenhuma nova semente poderá frutificar. A sociedade terá de viver para o Estado; o homem, para a máquina do Governo. E como no final das contas não é senão uma máquina cuja existência e manutenção dependem da vitalidade circundante que a mantenha, o Estado, depois de sugar a medula da sociedade, ficará héctico, esquelético, morto com essa morte ferrugenta da máquina, muito mais cadavérica que a do organismo vivo. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.115)

Para Gasset o Estado tem um destino certo, nasce como uma máquina admirável, chega a seu pleno desenvolvimento, torna-se maior que a sociedade e, a partir daí passa a escravizá-la, já que, grande, precisa do esforço da sociedade para manter-se. Passa a ser mais burocrático, a riqueza diminui, as mulheres passam a ter menos filhos. O próximo passo da burocratização é a militarização da sociedade, pois Estado passa a ser sinônimo de segurança, e segurança passa a ser sinônimo de potência bélica. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.116)

O paradoxo apresentado por Ortega y Gasset é que para viver melhor a sociedade cria o Estado e este mesmo a sobrepõe quando a sociedade passa a viver para ele e para sua manutenção. Como manter o Estado só pela sociedade é impossível é necessário que estrangeiros entrem na fórmula, estes, com o tempo, passam a ser donos do Estado e o “povo inicial” passa a ser deles escravos. O povo

torna-se carne e massa que alimenta a máquina chamada Estado. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.116)

Aqui, é bom ressaltar, Ortega demonstra um pouco de xenofobia, ainda que só textual. Pode-se lembrar facilmente que argumentos parecidos com esse motivaram, anos mais tarde, na Alemanha, o massacre de judeus e outros estrangeiros.

O fascismo de Mussolini (“tudo pelo Estado; nada fora do Estado; nada contra o Estado), é citado por Ortega como um “típico movimento de homens-massa” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.116).

Para Ortega a rebelião das massas é a desmoralização completa e radical da humanidade. Diz Gasset:

A substância ou índole de uma nova época histórica é resultante de variações internas — do homem e de seu espírito. Entre estas últimas, a mais importante, quase sem dúvida, é a deslocação do poder. Mas este traz consigo uma deslocação do espírito. Por isso, ao aparecermos a um tempo com ânimo de compreendê-lo, uma de nossas primeiras perguntas deve ser esta: "Quem manda no mundo atualmente?" (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.120)

Inicialmente Gasset identifica uma dificuldade em responder tal questionamento uma vez que a humanidade poderia estar dispersa em vários mundos fechados em si, ora, o distanciamento de uma sociedade para outra poderia facilmente levá-las em caminhos opostos, contudo, para ele, desde o século XVI “entrou a humanidade toda num processo gigantesco de unificação, que em nossos dias chegou a seu término insuperável. Já não há pedaço de humanidade que viva à parte — não há ilhas de humanidade” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.120).

Tal fenômeno continuaria a ser observado, a globalização, a internet e a aproximação de culturas fora aventada por Ortega, mas, dificilmente ele imaginaria que a humanidade chegaria tão longe e de fato extinguir as ilhas de humanidade que um dia foram a regra.

Assim, não havendo ilhas de humanidade, quem manda no mundo, manda efetivamente nele como um todo e nele exerce seu influxo autoritário.

Para Gasset mandava no mundo a Europa, e, com sua unidade de mando vivia o mundo um “estilo unitário” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.120), ou, ao menos,

“progressivamente unificado” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.120). Chamava-se esse estilo de vida de idade moderna, ou seja, a hegemonia europeia.

Por "mando" não se entende aqui primordialmente exercícios de poder material, de coação física. Porque aqui se aspira a evitar estupidezes, pelo menos as mais ordinárias e palmares. Ora bem: essa relação estável e normal entre homens que se chama "mando" não descansa nunca na força, mas, pelo contrário, porque um homem ou grupo de homens exerce o mando, tem à sua disposição esse aparato ou máquina social que se chama "força". (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.121)

Situação de mando seria diferente de um processo de agressão ao qual poderia se chamar de força. Mando é exercício de autoridade, normal, sem a necessidade de demonstração de poder para ser atendido. O mando se funda na opinião pública, sempre, “o fato de que a opinião pública é a força radical que nas sociedades humanas produz o fenômeno de mandar, é coisa tão antiga e perene como o próprio homem” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.121).

Assim, na física de Newton a gravitação é a força que produz o movimento. E a lei da opinião pública é a gravitação universal da história política. Sem ela, nem a ciência histórica seria possível. Por isso muito agudamente insinua Hume que o tema da história consiste em demonstrar como a soberania da opinião pública, longe de ser uma aspiração utópica, é o que pesou sempre e a toda hora nas sociedades humanas. (...) O Estado é, em definitivo, o estado da opinião: uma situação de equilíbrio, de estática. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.121)

Não se pode mandar contrariando a opinião pública, resume o pensamento de Gasset nesta parte de sua obra. Mando seria, portanto, a preponderância de uma opinião sobre as demais, assim, mando seria no fim das contas, poder espiritual. A história demonstra isso, todo “mando primitivo” tem em si um caráter “sacro”, funda-se no religioso, este a primeira forma onde aparece o espírito, que se torna ideia, que se transmuta em opinião, para, por fim, ser o imaterial e o ultrafísico. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.121)

Na idade média o primeiro poder a se formar é a Igreja, eivada de “poder espiritual” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.122). Para Gasset a “(...) maior parte dos homens não têm opinião, e é preciso que esta lhe venha de fora a pressão, como entra o lubrificante nas máquinas”. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.122-123) Por isso

é preciso do espírito que, com seu poder inerente, exerça-o para que a maioria que nunca opina, opine. A sociedade sem uma opinião que lhe force ir a frente careceria de organização, despertando ali o caos.

Para Ortega no período conhecido como idade média não mandava ninguém e por isso sempre foram períodos de caos, pois era movida há superlativos incontroláveis, se amava demais, se odiava demais. Em compensação, se opinava pouco. Nos demais momentos viveu a humanidade calcada na opinião e, assim, houve ordem. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.123)

Após uma série de guerras (lembramos que o autor fala no início do século XX) a Europa passou a ter graves dúvidas sobre se mandava ou não no mundo, e, se voltaria, um dia, a mandar em plenitude. Esse momento inconstante fez com que os demais povos tomassem para si, segundo afirma Ortega, ares de grandeza, tal ato poderia ser observado pelo excesso de nacionalismo e da acreditação de que poderiam reger, eles mesmos, seus destinos.

Para Ortega este

(...) novo tipo do homem que hoje predomina no mundo: (...) o homem-massa, (...) e que sua principal característica consiste em que, sentindo-se vulgar, proclama o direito à vulgaridade e nega-se a reconhecer instâncias superiores a ele. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.126)

E continua agora falando em relação aos Estados:

Era natural que se esse modo de ser predomina dentro de cada povo, o fenômeno também se produza quando olhamos o conjunto das nações. Também há, relativamente, povos-massa resolvidos a rebelar-se contra os grandes povos criadores, minorias de estirpes humanas que organizaram a história. É verdadeiramente cômico contemplar como esta ou a outra republiqueta, desde seu perdido rincão, se põe na ponta dos pés a encrespar a Europa e declarar sua cessação na história universal. Qual é o resultado? A Europa havia criado um sistema de normas cuja eficácia e fertilidade os séculos demonstraram. Estas normas não são, de modo algum, as melhores possíveis. Mas são, sem dúvida, definitivas enquanto não existam ou se divisem outras. Para superá-las é imprescindível parir outras. Ora, os povos-massa resolveram dar como caduco aquele sistema de normas que é a civilização européia, mas como são incapazes de criar outro, não sabem o que fazer, e para encher o tempo entregam-se à cabriola. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.126-127)

Para Ortega, quando não há ninguém mandando no mundo, os demais se rebelam pois ficam sem tarefa, sem programa de vida. Ao correr de canto a canto o “zum-zum” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.128), expressão usada pelo autor, de que as regras que foram criadas pelo espírito humano europeu não são mais aplicáveis passam os demais homens e povos a aproveitar a ocasião para “viver sem seus imperativos” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.128).

Percebe-se nesse momento da obra “A Rebelião das Massas” um certo tom de jactância, no Brasil chamaríamos “ufanismo”, em relação ao poder exercido pela Europa e a perda constante de suas colônias, “homem-massa ou povos-massa” que eram resolveram rebelar-se por entender que poderiam seguir em frente sem uma nação ditando-lhes as regras de convivência, sobre o preço módico de passar parte das riquezas produzidas pelo favor de terem tomado suas terras e educado seu povo (quando não os escravizados).

Lembremos que Ortega pode mesmo estar se dirigindo ao Brasil, que poucos anos antes declarara sua independência em relação a Portugal. Percebe-se que uma “republiqueta” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.126) (nas palavras de Gasset) se insurge contra Portugal (Europa) sob a ideia de que pode gerir-se sozinho.

Ortega tenta minimizar sua fala em relação à perda de poder da Europa. Defende não se tratar de novas ideias que surgindo e sendo melhores, substituíram as antigas. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.128)

Os mandamentos europeus perderam vigência sem que se vislumbrem outros no horizonte. A Europa — diz-se — deixa de mandar, e não se vê quem possa substituí-la. Por Europa entende-se, antes de tudo e propriamente, a trindade França, Inglaterra, Alemanha. Na região do globo que elas ocupam amadureceu o módulo de existência humana conforme ao qual foi organizado o mundo. Se, como agora se diz, esses três povos estão em decadência e seu programa de vida perdeu validade, não é de estranhar que o mundo se desmoralize. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.128)

Para ele não importa o deslocamento do poder da Europa para outro, contudo, acredita o autor que não houve ninguém capaz de substituí-la. Ele chega a citar Nova York e Moscou (que num futuro próximo ao que ele escrevera polarizaram o mundo, culminando na Guerra Fria). (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.129)

Não há, pois, nada de estranho em que bastasse uma ligeira dúvida, uma simples vacilação sobre quem manda no mundo, para que todo

o mundo — em sua vida pública e em sua vida privada — haja começado a desmoralizar-se. (...) Grave é que esta dúvida sobre o mando do mundo, exercido até agora pela Europa, tenha desmoralizado o resto dos povos, salvo aqueles que por sua juventude estão ainda em sua pré-história. Mas é muito mais grave que este *piétement sur place*¹⁷ chegue a desmoralizar por completo o europeu mesmo. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.133-134)

Ortega busca dizer que não se trata de uma jactância, não se trata da Europa não mandar no mundo, mas, em não haver ninguém disposto (e com capacidade) a fazê-lo.

Não penso assim porque eu seja europeu ou coisa parecida. Não é que diga: se o europeu não há de mandar no futuro próximo, não me interessa a vida do mundo. Nada me importaria a cessação do mando europeu se existisse hoje outro grupo de povos capaz de substituí-lo no Poder e na direção do planeta. Mas nem sequer isso pediria. Aceitaria que não mandasse ninguém, se isso não trouxesse consigo a volatilização de todas as virtudes e de todos os dotes do homem europeu. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.134)

Analisada o questionamento de Gasset sobre “quem manda no mundo” e em sua resposta que, naquele momento, ninguém mandava, não havendo quem determinasse o direcionamento aos povos fazendo com que a sociedade passasse a lidar com um ego exacerbado sobre si mesma, capaz de definir e conduzir seu próprio destino, ainda que não pudesse saber qual o seria, pois estaria sob a névoa da ignorância.

Passemos à análise de todo este arcabouço de informações para falar sobre as tensões entre a democracia e o homem-massa, ainda na obra de José Ortega y Gasset.

Gasset ao falar sobre a formação do Estado afirma que na gênese deste sempre é possível identificar um grande empresário. Há ali várias pequenas coletividades que tem uma estrutura social voltada para dentro de si mesma. Sobrevêm a necessidade econômica que faz com que se choquem com outros mundos, outras verdades, outros tipos de estruturas sociais, pois percebem ser impossível viver somente daquela primeira estrutura social (é possível enxergar aqui traços do que veio a ser chamado de Teoria das Elites, se o mundo é formado por

¹⁷ Algo, em tradução livre, como atropelamento no local, no Brasil talvez melhor traduzido como “trocar os pés pelas mãos”.

líderes e liderados, o chamado “empresário” seria aquele que se vê obrigado a se tornar líder pois os demais não tem capacidade de sê-lo, restando a eles serem liderados).

A aproximação econômica gera também a aproximação intelectual, com isto, provoca-se um desequilíbrio entre as convivências, quais sejam, a interna e a externa. Segundo o autor a “(...) forma social estabelecida — direitos, “costumes” e religião — favorecem a interna e dificultam a externa, mais ampla e nova.” E continua (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.143):

Nesta situação, o princípio estatal é o movimento que leva a aniquilar as formas sociais de convivência interna, substituindo-as por uma forma social adequada à nova convivência externa. (...) Não há criação estatal se a mente de certos povos não é capaz de abandonar a estrutura tradicional de uma forma de convivência, e, além disso, de imaginar outra nunca sida. Por isso é autêntica criação. O Estado começa por ser uma obra de imaginação absoluta. A imaginação é o poder libertador que o homem tem. Um povo é capaz de Estado na medida em que saiba imaginar. Daí que todos os povos tenham tido um limite em sua evolução estatal, precisamente o limite imposto pela Natureza a sua fantasia. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.143)

Ainda sobre o Estado, diz o autor:

Repito uma vez mais: a realidade que chamamos Estado não é a espontânea convivência de homens que a consanguinidade uniu. O Estado começa quando se obriga a conviver a grupos nativamente separados. Esta obrigação não é desnuda violência, mas que supõe um processo incitativo, uma tarefa comum que se propõe aos grupos dispersos. Antes que nada é o Estado projeto de um fazer e programa de colaboração. Chama-se às pessoas para que juntas façam algo. O Estado não é consanguinidade, nem unidade linguística, nem unidade territorial, nem contiguidade de habitação. Não é nada material, inerte, dado e limitado. É um puro dinamismo — a vontade do fazer algo em comum —, e mercê a isso a ideia estatal não está por nenhum termo físico. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.148)

Em seguida, após seu relato acerca do Estado, Gasset apresenta o que el chama de Resumo da Tese presente no livro ora estudado:

Sofre hoje o mundo uma grave desmoralização, que entre outros sintomas se manifesta por uma desatorada rebelião das massas, e tem sua origem na desmoralização da Europa. As causas desta última são muitas. Uma das principais, o deslocamento do poder que outrora exercia sobre o resto do mundo e sobre si mesmo nosso continente. A Europa não está certa de mandar, nem o resto do mundo de ser

mandado. A soberania histórica acha-se em dispersão. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.162)

E continua:

Já não há "plenitude dos tempos", porque isto supõe um porvir claro, prefixado, inequívoco, como era o do século XIX. Então acreditava-se saber o que ia acontecer amanhã. Mas agora abre-se outra vez o horizonte para novas linhas incógnitas, posto que não se sabe quem vai mandar, como se vai articular o poder sobre a terra. Quem, isto é, que povo ou grupo de povos; portanto, que tipo étnico; portanto, que ideologia, que sistema de preferências, de normas, de molas vitais... Não se sabe para que centro de gravitação vão ponderar em um futuro próximo as coisas humanas, e por isso a vida do mundo entrega-se a uma escandalosa interinidade. Tudo, tudo que hoje se faz em público e na vida privada — até no íntimo —, sem mais exceção que algumas partes de algumas ciências, é provisional. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.162)

Dito isso, passemos à análise da tese principal do livro “A Rebelião das Massas”, que, segundo Ortega seria o questionamento: “quem manda no mundo?”. Essa resposta para nós é extremamente importante já que ela vai de encontro ao problema de pesquisa.

3.3 As Tensões entre o Homem-Massa e a Democracia: “Quem Manda no Mundo?” e a Hiperdemocracia.

Afinal, há uma “verdadeira questão” que conduz a obra “A Rebelião das Massas”? Ortega nomeia uma parte do seu livro dessa forma: “Desemboca-se na verdadeira questão: quem manda no mundo?”. Para ele essa é a questão principal de sua obra. A Europa havia perdido sua moral junto ao resto do mundo e, dessa forma, perdeu o mando sobre ele, o mando moral, o mando guia, o mando capaz de fazer com que ele, o mundo, seguisse sempre numa mesma direção: a direção europeia. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.167)

Uma breve volta ao Brasil deste mesmo período e verificaríamos os hábitos europeus de nosso povo, para ficar apenas nas pequenezas, um país tropical e, nos registros históricos daquele período, recheado de homens usando terno e gravata (habito mantido até hoje por advogados, como exemplo) e mulheres com um sem número de panos sobre outros panos criando roupas extremamente pesadas e

totalmente fora do contexto de um país de alta temperatura. Nesse simples exemplo é possível entender a colocação de Ortega. Havia por parte da Europa um manual moral para o mundo e ele, o mundo, costumava segui-lo.

Novamente ele tenta construir uma ponte no sentido de afirmar que isso não lhe importaria caso essa mesma Europa tivesse sido substituída por outra nação emergente, capaz de ditar as regras ao mundo. Diz Ortega:

Não acrediteis uma palavra quando ouvirdes os jovens falar da "nova moral". Nego rotundamente que exista em lugar algum do continente grupo algum informado por um novo ethos que tenha visos de uma moral. Quando se fala da "nova" não se faz senão cometer uma imoralidade mais e buscar o meio mais cômodo para passar contrabando. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.167)

O fato do homem-massa não ter moral pouco lhe importaria ou impressionaria, aliás, teria orgulho nisso (o homem-massa, não Ortega). O homem-massa não enxergando sob si alguém com poder de mando chegaria à conclusão de que ele era o senhor da ordem, uma ordem, pensa Gasset, dissociada de sua função.

Jéferson Assumpção, falando sobre o homem-massa e obra de José Ortega y Gasset, trata o primeiro como um bárbaro especialista, diz:

A técnica do século XIX mudou o mundo por fora e o homem por dentro. Não que ela seja má em si mesma. O que é mau é o culto que o século XX fez do bárbaro especialista - aquele que sabe tudo sobre algo e balbucia sobre o resto. Ao mesmo tempo em que domina totalmente um procedimento cirúrgico, o bárbaro especialista ignora infantilmente o mais básico de como se estrutura a sociedade. Mais do que isso, este bárbaro produto da técnica, com a força desta mesma técnica agora intervém em tudo. E intervém sempre violentamente, pois junta-se num mesmo homem-massa a ignorância do bárbaro e a soberba do especialista. E se não como especialista, como usuário do produto técnico do especialismo. (ASSUMÇÃO, 2012, p.19)

E aqui, novamente, nos vemos defronte ao questionamento que motivou esse texto: Há uma tensão entre a democracia e o homem-massa em Ortega y Gasset?

Ortega, após desnudar seu homem-massa, afirma:

Se deixamos de um lado — como se fez neste ensaio — todos os grupos que significam sobrevivências do passado — os cristãos, os "idealistas", os velhos liberais, etc., não se achará entre todos os que representam a época atual um só cuja atitude ante a vida não se

reduza a crer que tem todos os direitos e nenhuma obrigação. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.167)

Este homem-massa seria então um sujeito que, por não ter empecilhos à ignorância, em especial a respeito de suas obrigações, sentir-se-á “sujeito de ilimitados direitos”.

No mesmo sentido José Maurício de Carvalho diz:

O mais importante parece ser que o homem massa que lotava os espaços públicos naquele momento da história, não é simplesmente o indivíduo de uma multidão, mas alguém que não quer se esforçar para ser melhor, que não cobra de si empenho e dedicação. Este homem, avalia o filósofo, foi concebido no século XVIII, época em que as revoluções de inspiração liberal inauguraram um tempo de direitos sem deveres. A melhoria do nível de vida das populações mais pobres acabou contribuindo para permitir que a maioria desfrutasse de coisas que em outros tempos era privilégio de poucos. Contudo, o conceito de maioria e minoria não é essencialmente econômico, Ortega y Gasset não defende a burguesia, por exemplo, ao contrário a critica vigorosamente e trata o comportamento burguês típico como próprio da massa. (CARVALHO, 2014, p. 5)

E continua:

Quais as características do homem massa? Para o filósofo, o homem massa é um novo bárbaro que se parece a uma criança mimada ou um senhorio satisfeito. Novo bárbaro não porque seja um estrangeiro incivilizado como no tempo dos romanos, mas porque é um especialista ignorante dos diversos aspectos da cultura. Ele até pode conhecer muito de campos restritos da cultura, mas é completo ignorante em relação a quase todos os outros aspectos. Portanto, em relação à quase tudo é completo ignorante, embora seja escolarizado. Ele é também como criança mimada porque não aceita limite para seus desejos, vivendo na crença “de que tudo lhe será permitido e a nada está obrigado” (CARVALHO, 2014, p. 5)

Voltando ao conceito de democracia, vimos que, de forma resumida, no modelo representativo, democracia é o ato de, através do voto, escolher representantes que farão às vezes do povo num colegiado. Ora, se há no homem-massa um excesso de direitos e nenhuma obrigação, já começamos a ver, mesmo que de forma secundária, uma breve tensão entre a democracia e o homem-massa.

Qualquer substância que caia sobre uma alma assim dará um mesmo resultado, e se converterá em pretexto para não se sujeitar a nada concreto. Se se apresenta como reacionário ou antiliberal, será para

poder afirmar que a salvação da pátria, do Estado, dá direito a alhear todas as outras normas e a massacrar o próximo, sobretudo se o próximo possui uma personalidade valiosa. Mas a mesma coisa acontece se dá para ser revolucionário: seu aparente entusiasmo pelo operário manual, o miserável e a justiça social, lhe serve de disfarce para poder desentender-se de toda obrigação — como a cortesia, a veracidade, e, sobretudo, o respeito ou estimação dos indivíduos superiores. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.167)

E resume Ortega y Gasset:

Por isso não cabe enobrecer a crise presente mostrando-a como o conflito entre duas morais ou civilizações, uma caduca e a outra em alvor. O homem-massa carece simplesmente de moral, que é sempre, por essência, sentimento de submissão a algo, consciência de serviço e obrigação. Mas talvez é um erro dizer "simplesmente". Porque não se trata só de que este tipo de criatura se desentenda da moral. Não; não lhe façamos tão fácil a tarefa. Da moral não é possível desentender-se simplesmente. O que com um vocábulo falto até de gramática se chama amoralidade, é uma coisa que não existe. Se você não quer submeter-se a nenhuma norma, tem, *velis nolis*, de sujeitar-se à norma de negar toda moral, e isto não é amoral, mas imoral. É uma moral negativa que conserva da outra a forma em oco. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.168)

Assim, enfrentemos o tema novamente, o homem-massa ao acreditar ser capaz de governar a si mesmo por óbvio terá a brilhante ideia de governar os outros, nele, lembremos, não se encontra o limite moral ou resquícios de pequenez, ele é grande e os demais o farão ainda maior quando reconhecerem seu tamanho.

Indo de encontro às urnas procurará defensores de ideias absurdas como as suas, de preferência retiradas sabe-se lá de onde, uma bela mistura de religião, com tradição, com filosofia de “boteco” e ares de grandeza, fazendo com que tenham um sentido único para quem quer entender o que quer, sem fazer o esforço necessário.

Como exemplo poderíamos exercitar nosso pensamento em relação à filosofia clássica: Hobbes disse que “o homem é o lobo do homem”, a bíblia dirá “Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós disfarçados em ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores” no livro de Mateus capítulo 7 versículo 15, e, culturalmente, lobos são animais perigosos capazes de atacar o homem, mas, se domesticados (invento aqui essa teoria, como exercício) poderão dar ótimos guardas de residências. Eis a fábrica de ideias do homem-massa: nós devemos confiar nos lobos treinados como ovelhas, pois eles serão os lobos do homem.

O que numa primeira lida seria absurdo, quando repetido com a certeza que só os que não têm ideia do que estão falando têm, teríamos ali uma ideia que poderia ser replicada facilmente como se verdade fosse.

Questiono: há mal nisso? Voltemos à democracia para entender se há mal ou não.

José Maurício de Carvalho nos lembra que “Ortega y Gasset associa as características do homem massa à formação das democracias totalitárias que ganharam força na Europa no século passado”. Para impor aos outros seu estilo de vida baseado na falta de compromisso com a ética e a já citada propensão à inércia ele “estimula o uso violento dos instrumentos do Estado” (CARVALHO e BESSA, 2012, p. 122).¹⁸

Jéferson Assunção, no mesmo sentido, fala que:

Para Ortega (...) o homem passa a pensar que viver é não ter limite algum, é abandonar-se tranquilamente a si mesmo e que não há necessidade de fazer a si próprio. Para o homem massificado do século XX, praticamente nada é impossível, nada é perigoso e, o grande problema: em princípio, ninguém é superior a ninguém, não há nortes a serem seguidos, nenhuma espinha dorsal que possamos identificar na humanidade. Não há valores. Tudo cai, se horizontaliza, se relativiza. (ASSUMÇÃO, 2012, p.30)

Lembremos que no primeiro capítulo desse trabalho citamos Tocqueville que chamava a atenção para uma característica marcante da democracia americana, qual seja, a igualdade de condições e, além disso, em como ela influenciava diretamente no andamento da sociedade, nos costumes políticos e nas leis, além disso, provia um império sobre toda a sociedade tanto quanto sobre o governo: “cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere usos e modifica tudo o que ele não produz” (TOCQUEVILLE, 1835).

Contudo, lembra Carvalho, “Ortega y Gasset não tinha como antecipar, (que o homem-massa) pode também ser encontrado nas democracias formais de nosso tempo” (CARVALHO, 2010, p. 237), ali, perdido, como uma criança extremamente mimada esperando gozar de forma ilimitada dos prazeres da sociedade hedonista e de consumo “(...) acentuou sua condição de especialista ignorante, possuindo muita

¹⁸ CARVALHO, José Maurício de e BESSA, Vanessa da Costa. Totalitarismo e ética em Ortega y Gasset. In: CARVALHO, José Maurício de (org.). Poder e moralidade, o totalitarismo e outras experiências antiliberais na modernidade. São Paulo: Annablume, 2012.

informação à sua disposição na rede mundial de computadores, mas nenhum senso crítico”. (CARVALHO, 2014, p. 5)

O conceito moderno de democracia pressupõe participação, conforme visto no primeiro capítulo desse trabalho. Lembremos novamente as características elencadas por Bobbio para a caracterização da democracia:

1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (BOBBIO, 1998, p. 326-327).

Assim, é possível afirmar que para que o Estado seja considerado democrático há que se ter eleições (sufrágio universal) a partir da disputa de dois ou mais partidos, os eleitores devem ser livres, os votos tem o mesmo peso (voto igual) e o voto da maioria não pode limitar o direito das minorias.

Neste sentido afirmava Ortega que a “velha democracia vivia temperada por uma dose abundante de liberalismo e de entusiasmo pela lei” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.45) e continua:

(...) Ao servir a estes princípios o indivíduo obrigava-se a sustentar em si mesmo uma disciplina difícil. Ao amparo do princípio liberal e da norma jurídica podiam atuar e viver as minorias. Democracia e Lei, convivência legal, eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massa se houvesse

cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. Isso era o que antes acontecia, isso era a democracia liberal. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.46)

E continua:

A massa presumia que, no final das contas, com todos os seus defeitos e vícios, as minoria dos políticos entendiam um pouco mais dos problemas públicos que ela. Agora, por sua vez, a massa crê que tem direito a impor e dar vigor de lei a seus tópicos de café. Eu duvido que tenha havido outras épocas da história em que a multidão chegasse a governar tão diretamente como em nosso tempo. Por isso falo de hiperdemocracia. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.46)

Ortega então passa a falar de um novo conceito, já aventado neste trabalho no capítulo II, de hiperdemocracia. Como havia notado no início do século XX houve uma explosão demográfica, o fato das multidões, dos espaços antes destinados à elite agora abarrotados de outras pessoas (a qual aquele lugar, para Ortega, não fora destinado), para além desse fator de aglomeração de pessoas incomoda o autor o fato da intervenção destes nos valores da cultura para impor o sentido das massas, a tal: hiperdemocracia.

Ortega assim definiu a hiperdemocracia:

Democracia e Lei, convivência legal, eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massa se houvesse cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. Isso era o que antes acontecia, isso era a democracia liberal.

É perceptível aqui também um apego de Ortega ao “governo dos melhores” e a chamada hiperdemocracia seria exatamente o contrário disso. Como dito alhures Ortega não esconde sua preferência pela aristocracia e o governo sendo entregue às elites (que fazem por merecer ser elite, diferentemente do homem-massa que se orgulha de ser um néscio). Ortega contudo admite que a democracia liberal seria uma espécie de aristocracia, já que, antes a massa não se importando com a política acabava por entregá-la a pessoas melhores, mais gabaritadas a fazê-la.

Ao exigir a massa ser atendida, a participar ativamente das decisões políticas (lembrando que Ortega, por ter a massa como incapaz, acha isso impossível e/ou perigoso) ela afrontaria diretamente ao conceito de democracia.

Já que o voto de confiança na elite seria através do sufrágio universal, depois, deveria o homem-massa confiar cegamente naqueles eleitos sem se ater aos problemas políticos e sociais que estavam acima de seu conhecimento vulgar.

Mateus Felipe Picosque, em um ensaio nomeado de “Uma comparação entre Alexis de Tocqueville e José Ortega y Gasset” diz:

Nas obras analisadas foi constatado que um dos principais problemas analisado pelos autores é o aparecimento de indivíduos massificados, pouco politizados, que produziram males à democracia. Esse aumento de cidadãos massificados conduziu o aparecimento da Tirania da Maioria, termo adotado por Toqueville, ou da Hiperdemocracia, nome dado por Ortega y Gasset. A Tirania de Maioria, ou a Hiperdemocracia, faria que os homens massificados suplantassem o poder de decisão do estado, impedindo a ação política das minorias compostas por indivíduos notáveis, diferenciados intelectualmente. (PICOSQUE, 2012, p.1)

Assim é visível que o conceito de hiperdemocracia em José Ortega y Gasset vai de encontro com o conceito de democracia moderna (com a participação através do voto como ponto máximo da participação popular¹⁹).

Em sua obra Ortega cita um exemplo de hiperdemocracia, onde as massas já teriam avançado sobre o poder político, isso, segundo o autor, faria com que não houvesse governo para o por vir, para o amanhã, o governo funcionaria e viveria para o hoje, para a entrega de resultados à massa que dele exige tratamento especial.

Hoje acontece uma coisa muito diferente. Se se observa a vida pública dos países onde o triunfo das massas avançou mais — são os países mediterrâneos —, surpreende notar que neles se vive politicamente ao dia. O fenômeno é sobremaneira estranho. O Poder público acha-se em mãos de um representante de massas. Estas são tão poderosas, que aniquilaram toda possível oposição. São donas do Poder público em forma tão incontrastável e superlativa, que seria difícil encontrar na história situações de governo tão prepotentes como estas. E, entretanto, o Poder público, o Governo, vive ao dia; não se apresenta como um porvir franco, não significa um anúncio claro de futuro, não aparece como começo de algo cujo desenvolvimento ou

¹⁹ Tudo isto vale também para a vida coletiva. Também nela há, primeiro, um horizonte de possibilidades, e, depois, uma resolução que elege e decide o modo efetivo da existência coletiva. Esta resolução emana do caráter que a sociedade tenha, ou, o que é o mesmo, do tipo de homem dominante nela. Em nosso tempo, domina o homem-massa; é ele quem decide. Não se diga que isto era o que acontecia já na época da democracia, do sufrágio universal. No sufrágio universal não decidem as massas, senão que seu papel consistiu em aderir à decisão de uma ou outra minoria. Estas apresentavam seus "programas" — excelente vocábulo. Os programas eram, com efeito, programas de vida coletiva. Neles convidava-se a massa a aceitar um projeto de decisão. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.66-67)

evolução seja imaginável. Em suma, vive sem programa de vida, sem projeto. Não sabe aonde vai porque, a rigor, não vai, não tem caminho prefixado, trajetória antecipada. Quando esse poder público tenta justificar-se, não alude para nada ao futuro, senão, pelo contrário, fecha-se no presente e diz com perfeita sinceridade: "Sou um modo anormal de governo que é imposto pelas circunstâncias". Quer dizer, pela urgência do presente, não por cálculos do futuro. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.67)

Neste trabalho, por estarmos respondendo a um questionamento dentro da obra "A rebelião das massas" evitamos comparar com o momento político do mundo, mas, façamos novamente como exercício de entendimento. Pensemos num problema comum aos governos dos Estados, um clássico problema da economia: a escassez x consumo.

Um governo que pensa no por vir atua nesta equação de forma a solucionar a escassez de forma duradoura e contínua, ou seja, se há falta de maçãs no mercado nacional, ele investirá na compra de maçã de outros países, buscando a melhor oferta possível em virtude da necessidade da procura, investirá também no fortalecimento da indústria de maçãs de forma que no futuro não haja a necessidade de se importar e o problema do consumo x escassez seja sanado. Abrirá uma linha de crédito como incentivo a futuros produtores de maçãs e também aos produtores que já não conseguiam entregar seu produto em virtude da alta demanda. Não haverá falta de maçãs à população em um curto, médio e longo espaço de tempo. Parece simples, mas não é. Tais movimentos requerem tempo. E tempo se faz com representação forte e confiança no governo.

Em governos liderados por massas, no sentido Orteguiano, haveria pressão tamanha sobre o governo e este compraria maçãs na maior velocidade, pagando o preço pedido, seja qual for, para evitar que a população não vá as ruas, não destrua as praças ou queime as lojas que vendem frutas. Não há por vir. Há o hoje. O agora. O momento. Nas palavras de Ortega "Nos motins que a escassez provoca costumam as massas populares buscar pão, e o meio que empregam costuma ser destruir as padarias".

Diz Ortega:

Daí que sua atuação se reduza a evitar o conflito de cada hora; não a resolvê-lo, mas a escapar dele imediatamente, empregando os meios que sejam, ainda à custa de acumular com seu emprego maiores conflitos sobre a hora próxima. Assim tem sido sempre o Poder público

quando o exerceram diretamente as massas: onipotente e efêmero. O homem-massa é o homem cuja vida carece de projeto e caminha ao acaso. Por isso não constrói nada, ainda que suas possibilidades, seus poderes, sejam enormes. E este tipo de homem decide em nosso tempo.

Nas palavras de Assunção:

O homem-massa atual é o herdeiro de um passado extenso e genial e que tem sido mimado pelo mundo circundante. Nele não há mais pressão nem choque com o mundo e as pessoas ao seu redor. Assim, se acostumou a não contar mais com os demais e, sobretudo, não contar com ninguém superior a ele. Com o desenvolvimento da técnica (que, como já se disse, em si não é má, mas que, pela natureza torpe do homem-massa, é utilizada apenas para a diversão, o conforto e a despreocupação, ao invés do ensimesmamento e da reflexão), não é mais preciso hierarquia, nem autoridade e o homem se horizontaliza numa indiferenciação também de critérios, entre eles o estético. Se o movimento do homem é da alteração para o ensimesmamento e deste para a ação, a práxis, no homem-massa ele não sai da alteração pura, esfacelamento inclusive de saber-se no mundo, de saber-se eu-circunstância, de ter que contar com os outros, porém com autonomia, pensando por si próprio. Ele não tem mais a sensação da superioridade alheia, anestesiado que está pelas conquistas da técnica. Com certos recursos, pode gritar, inclusive, mais alto que alguém que antes se colocava como quem domina determinada arte. A hiperdemocracia das massas é o fim da cultura. (ASSUMÇÃO, 2012, p.140)

Assim, a hiperdemocracia seria o resultado de uma deturpação da ética e da democracia encontrada no homem-massa. O grito da massa sufocaria a fala suave do espírito nobre, estes, a minoria intelectual que ainda se mantém ativa no cultivo do esforço e das conquistas necessárias para o bem viver da sociedade.

Diz Moro Esteban:

Frente à democracia liberal, a hiperdemocracia se caracteriza pela conquista do direito à vulgaridade e a atuação à margem da disciplina que na primeira prescrevia a lei. Por outro lado, de uma perspectiva ética, a nobreza se assimila à humanidade frente à prepotência nascida da nua exigência de direitos e a simultânea isenção de deveres. (ESTEBAN, 2000, p.220).

Por fim, o individualismo exagerado colocará em risco, segundo Ortega, a sociedade, já que o homem-massa, preocupado somente consigo mesmo e com suas verdades, não capaz de ver no outro um semelhante, e, mais do que isso, ver no outro alguém necessário à sobrevivência mutua condenará a todos, inclusive a elite, ao fim.

Como o Estado deverá entregar ao homem-massa de maneira rápida e continua todos os seus arroubos de desejo, ele, o homem-massa, trabalhará dia-a-dia para um Estado cada vez maior, mais pesado e mais caro. O homem-massa se torna peça, peça essa que, em algum momento, precisará de reparos por estar enferrujada ou enfraquecida (manter o Estado funcionando seria deveras caro, já que os desejos devem ser atendidos). Ao se ver escravo do Estado, massa e homem fundidos em algo só, sem forças para lutar ou ao menos motivos para isso, dará por encerrada sua participação política dando espaço a governos totalitários (assim indica Ortega).

O livro “A rebelião das massas” (ou os artigos, que foram a origem da obra) seria para Ortega um chamamento ao homem para lutar contra a ideia do homem-massa que já estava nele costurada, chamando-o à sair da “caverna de Platão”, seria então o raciovitalismo a teoria necessária para essa revolta interna e construção de um novo paradigma para a sociedade, ordenada sob um novo (ou antigo) comando (como era e poderia voltar a ser a Europa), onde o homem, não mais massa, voltaria a entregar nas mãos da elite seu futuro e a viver novamente sob a égide do tempo.

CONCLUSÃO

Iniciemos a conclusão desse trabalho.

Ao nos debruçarmos sobre a obra “A Rebelião das Massas”, do Espanhol José Ortega y Gasset, tínhamos claro nosso objetivo: verificar se haveria ou não uma tensão entre o conceito de homem-massa apresentado na obra e a democracia (ainda em José Ortega y Gasset).

Identificado o objetivo principal do trabalho, era necessário construir um arcabouço de informações que facilitassem este derradeiro momento: a resposta à pergunta motivadora do estudo.

O questionamento apresentado na introdução foi: haveria tensão entre a Democracia e o Homem Massa na obra A Rebelião das Massas de José Ortega y Gasset?

Para buscar a resposta, foram definidas três frentes de trabalho, destinadas à busca por um conceito de democracia, à caracterização do homem-massa em Ortega y Gasset e, por fim, à verificação sobre a existência, ou não, de tensão entre os conceitos examinados.

A tarefa que se pretendia simples não o era, e o primeiro capítulo já nos reservou a primeira surpresa: o tal conceito de democracia não existia, não da forma como gostaríamos, enquadrado numa concepção fixa, padronizada, eterna e imutável.

Consoante aduzido no início do capítulo, qualquer autor que tenha, em algum momento de sua vida, decidido trilhar um caminho intelectual pela busca de um conceito de democracia claro, objetivo e completo, de certo não o alcançou (ou, se acha que o fez, não perdeu muito tempo). Assim, precisávamos ao menos delinear alguns atributos ínsitos ao conceito, para melhor compreendê-lo, razão pela qual nos apegamos a Norberto Bobbio, teórico cujos ensinamentos ensejaram a extração de algumas idiosincrasias minimamente observáveis ao se avaliar a existência de um regime democrático: órgão político máximo com função legislativa eleitos pelo povo, dirigentes eleitos (como chefe de Estado); cidadãos eleitores, com votos de igual valor; liberdade de voto, seja para exercê-lo, seja em virtude de ter opções para exercê-lo; e, dentre outros atributos, decisões não limitadoras de direitos da minoria.

Acreditando ter já um norte, foi preciso avançar no estudo da democracia, discutindo dois conceitos extremamente importantes para a resposta perseguida: democracia direta e democracia indireta.

Novamente nos esbarramos em um tema complexo: por que as elites desejavam a democracia, mesmo em detrimento da aristocracia? Fez-se então necessário “uns parênteses”, porque precisávamos discutir a teoria política das elites, a qual tem Ortega y Gasset como um de seus precursores.

Em síntese, a Teoria Política das Elites (ou Teoria da Circulação das Elites), capitaneada por Mosca, Pareto e Michels, buscava “cientificizar” o saber sobre a sociedade, propondo um saber imune a todo preconceito social e a toda imprecisão. Ou seja, uma teoria que fosse uma fotografia real do “é” e não do “dever ser”.

Assim, para essa teoria, a democracia simplesmente seria a forma de a elite se manter no poder. Em apertada síntese sobre esse paradigma, diz-se que existem líderes e liderados, e o elemento distintivo entre ambos é a organização, condição *sine qua non* dos que almejam se alçar ao poder.

Quanto menor o grupo, mais fácil é organizá-lo. Por conseguinte, como a minoria é organizada e a maioria é desorganizada, esta última criaria uma elite dentro de si, capaz de convencer os demais a levá-la ao poder. Contudo, ao chegar ao poder, não chega a maioria, mas uma nova minoria, havendo sempre a troca de uma elite por outra, um círculo das elites, não sendo possível então um governo da maioria, mas sempre um governo de minoria.

Esgotada a primeira fase de construção de conhecimento para a resposta que buscávamos, partimos para a segunda etapa, aspirando ao entendimento do famígero homem-massa.

Percebeu-se que o “fato das aglomerações” desperta em Ortega a necessidade de estudo de um novo fenômeno: o constante “cheio”, cidades cheias, ruas cheias, bares cheios, consultórios de médicos famosos cheios, praias cheias de banhistas. O autor de fato demonstra uma insatisfação tacanha a respeito do quantitativo de pessoas que tomaram a cidade e dela fizeram uso criando um problema que ele julga importante: o achar lugar.

O lugar estava cheio do que ele chamou de homem-massa, personagem que se julgava senhor do seu destino e ingrato em relação aos benefícios que foram concedidos pela minoria dominante.

Para Ortega, as massas não podem e nem devem dirigir a própria existência, tampouco postular a regência da sociedade, o que pode implicar no que o autor denomina de a “mais grave crise que sofre a Europa” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 41), e o movimento de busca do homem-massa para satisfazer seus desejos, não se importando em pedir que a elite lhe dispusesse, foi chamado de A rebelião das massas.

Com a eliminação das barreiras sociais entre os homens médios, a não existência de castas e estados na vida pública, não havendo ninguém civilmente privilegiado, haveria então uma força que o impeliria para frente, sempre em frente, em busca de todos os direitos que acreditava ser possuidor, nada podendo conter sua vida, já que para ele todos são iguais perante a lei.

Construído o caminho, cientes dos conceitos de democracia e homem-massa, passamos à análise, no terceiro capítulo, da possível tensão entre os conceitos. Lá falamos sobre a intervenção e a violência das massas, o Estado como perigo e, por fim, tratamos das tensões entre o homem-massa e a democracia, repetindo um questionamento presente na obra: quem manda no mundo?

Sobre a violência das massas, Ortega acredita ser fruto de uma rebeldia advinda do fato de o mundo e a vida se mostrarem tão abertos ao homem medíocre, a ponto fechar-lhe a alma, retirando-lhe a capacidade de se comparar a outros seres, exercício que exigiria “sair um pouco de si mesmo e trasladar-se ao próximo” (ORTEGA Y GASSSET, 2013, p. 81). Mas, para Ortega, esse esporte supremo não é possível às almas medíocres, as quais não se percebem como parte de um todo, porquanto imaginar-se igual, limitado, carente do próximo, é tão estranho quanto o fato de não se admitir senhor de tudo.

Sócrates continuaria sendo aqui o homem mais sábio do mundo, uma aberração moderna que seria capaz de admitir que não sabe de nada. No século XXI, seguiria sendo o mais sábio. E sabe-se lá até quando...

A massa, para Ortega y Gasset, tem um sentido no mundo, ao qual veio para ser dirigida e não dirigir. Pode até almejar deixar de ser massa, mas deve ser conduzida a isso, nunca por si. Necessita de uma instância superior constituída pelas minorias excelentes (aqueles sem os quais a humanidade não existiria no que tem de essencial).

O maior perigo para a manutenção da sociedade em que a massa toma corpo e forma é, para Gasset, o Estado contemporâneo, que até o final do século XVII era

bem pequeno, e do qual surge a burguesia com um talento prático: sabia “organizar, disciplinar, dar continuidade e articulação ao esforço” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.113).

O Estado era nada ou pouco mais que nada “apenas tinha soldados, apenas tinha burocratas, apenas tinha dinheiro” (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.113), e o homem-massa o admira ao percebê-lo como um garantidor de sua vida, contudo, esquece-se de que o estado é criação humana, sustentado por certas virtudes que, segundo Ortega, estão se perdendo.

Outra questão é a ideia do anonimato do estado, o qual por certo não tem uma identidade, é uma ficção; já o homem-massa, também se entendendo como anônimo, acredita ser o Estado coisa sua, devendo por isso servi-lo. Assim, caso encontre um problema na vida pública, o homem-massa exigirá do Estado a resolução de tal problema. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.115)

Ortega nomeia uma parte do seu livro desta forma: “Desemboca-se na verdadeira questão: quem manda no mundo?”. Para ele essa é a questão principal de sua obra. A Europa havia perdido moral perante o resto do mundo e, perdendo também mando sobre ele, o mando moral, o mando-guia, o mando capaz de fazer com que ele, o mundo, seguisse sempre numa mesma direção: a direção europeia. (ORTEGA Y GASSET, 2013, p.167)

Com a queda do mando europeu sobre o mundo, sobreveio a carência pela falta de alguém capaz de ditar as regras morais, fato que agravou o desejo de se tornar ainda maior no homem-massa, concorrendo para a chamada hiperdemocracia.

Ortega assim definiu a hiperdemocracia:

Democracia e Lei, convivência legal, eram sinônimos. Hoje assistimos ao triunfo de uma hiperdemocracia em que a massa atua diretamente sem lei, por meio de pressões materiais, impondo suas aspirações e seus gostos. É falso interpretar as situações novas como se a massa se houvesse cansado da política e encarregasse a pessoas especiais seu exercício. Pelo contrário. Isso era o que antes acontecia, isso era a democracia liberal.

A massa, ao exigir ser atendida, ao participar ativamente das decisões políticas (lembrando que Ortega, por ter a massa como incapaz, acha isso impossível e/ou perigoso), afrontaria diretamente o conceito de democracia, pois já que o voto de confiança na elite seria através do sufrágio universal, depois, deveria o homem-massa

confiar cegamente naqueles eleitos sem se ater aos problemas políticos e sociais que estavam acima de seu conhecimento vulgar.

Assim, voltando ao questionamento inicial: haveria uma tensão entre a Democracia e o Homem Massa na obra *A Rebelião das Massas* de José Ortega y Gasset?

A resposta é sim, ainda que o conceito de democracia utilizado por Ortega caminhe no sentido da Teoria das Elites, uma oligarquia travestida de apoio popular através do voto, quando o autor trabalha o conceito de hiperdemocracia, claramente defende que o homem-massa e a democracia não podem conviver no mesmo espaço, sob pena de aquele acabar com esta.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política. Domínio Público.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=6486>. Acesso em: 2016, 2017.

ASSUMÇÃO, Jéferson. **Homem-massa: a filosofia de Ortega y Gasset e sua crítica à cultura massificada.** Porto Alegre: Editora Bestiário, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia.** Traduzido por Marco Aurélio Nogueira. Brasília: Editora Brasiliense, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Tradução de Carmem C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

CAROLE, Pateman. **Participação e teoria democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARVALHO, José Maurício de. A raiz neokantiana das meditações orteguianas sobre vida e cultura. **Revista Estudos Filosóficos** n.º 13/2014. São João Del Rei: DFIME – UFSJ, 2014.

CARVALHO, José Mauricio de e BESSA, Vanessa da Costa. Totalitarismo e ética em Ortega y Gasset. In: CARVALHO, José Mauricio de (org.). **Poder e moralidade, o totalitarismo e outras experiências antiliberais na modernidade.** São Paulo: Annablume, 2012.

CRUZ, M. Braga da. **Teorias sociológicas – os fundadores e os clássicos (antologia de textos).** 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

DAHL, Robert A. **A Democracia e seus críticos.** Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ESTEBAN, Pedro Luís Moro. La crisis Del deseo: la rebelion de lãs masas a luz de meditación de la técnica. **Revista de estudos orteguianos.** N.º 2, 2001.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna:** edição revista. Tradução de Waléa Barcellos; Sandra Bredan; Neyde Thernl. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia? A genealogia filosófica de uma grande aventura humana.** Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRACIA, Jordi. **José Ortega y Gasset.** Madrid: Taurus, 2014.

HUÉSCAR, Antonio Rodriguez. **Ortega: gênio y palabra**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ortega-genio-y-palabra/html/9c5d9b2e-bf38-4591-a1b4-3b5f959945e3_2.html#l_0_>. Acesso em 26 de maio de 2017.

INFANTA HELENA. Biblioteca Pública. **José Ortega y Gasset: 1883-1955**. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/cultura/opencms/opencms/system/galleries/download/bibsevilla/JOSx_ORTEGA_Y_GASSET_2.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

LIMA, Pedro Henrique Barros de. **Formação das elites e seus aspectos nas sociedades humanas: porque sempre haverá uma classe dirigente e uma classe dirigida?** Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. Translation by Hannah D. Kahn. New York and London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Felipe Denardi. São Paulo: Vide Editorial, 2016.

_____. **A rebelião das massas**. Tradução de Herrera Filho. Domínio público, 2013. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=2291>. Acesso em 2016, 2017.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PICOSQUE, Mateus Felipe. **Uma comparação entre Alexis de Tocqueville e José Ortega y Gasset**. USP Digital. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=3028&numeroEdicao=15>>. Acesso em 1 de março de 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do Contrato Social**. Tradução de Rolando Roque da Silva. Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=2244>. Acesso em 26 de mar. 2017.

SÁNCHEZ, Juan Escámez. **Ortega y Gasset**. Tradução e Organização de José Gabriel Perissé. Recife: Editora Massangana, 2010.

SCHMITT, Carl. **Teoria de la Constitución**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.